

ARQUIVOS PRIVADOS abordagens plurais

[José Francisco Guelfi Campos
(organizador)



ARQUIVOS PRIVADOS
abordagens plurais

Eventus, 3



Associação de Arquivistas de São Paulo
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Sala N – Butantã
05508-000 – São Paulo – SP
Telefax: (11) 3091-3795
www.arqsp.org.br

ARQUIVOS PRIVADOS

abordagens plurais

Trabalhos apresentados no
III Encontro Nacional de Arquivos Privados

José Francisco Guelfi Campos
(organizador)

Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)
São Paulo
2016

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

Presidente

Ana Célia Navarro de Andrade

Vice-presidente

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Secretária

Alessandra Andrade França Barbosa

Tesoureira

Fátima Aparecida Colombo Paletta

Conselho Fiscal

Ana Maria de Almeida Camargo

Heloísa Liberalli Bellotto

Johanna Wilhelmina Smit

Arquivos privados : abordagens plurais / organização José Francisco Guelfi
Campos ; Associação de Arquivistas de São Paulo. -- São Paulo:
ARQ-SP, 2016.
86 p. ; 21 cm. -- (Eventus, 3).

Trabalhos apresentados no III Encontro Nacional de Arquivos Privados
Inclui bibliografia
E-book
ISBN 978-85-65797-13-9

I. Arquivos privados I. Campos, José Francisco Guelfi II. Associação de Arquivistas de
São Paulo II. Título III. Série.

CDD – 025.1

Ficha elaborada por Andre Vieira de Freitas Araujo (CRB-8: 6831)

© 2016 dos autores

Todos os direitos desta edição reservados à Associação de Arquivistas de São Paulo

Reprodução autorizada, desde que citada a fonte

A revisão ortográfica é de responsabilidade dos autores

2016

Associação de Arquivistas de São Paulo
Avenida Prof. Lineu Prestes, 338, Sala N, Cidade Universitária
05508-000 – São Paulo – SP
(11) 3091-3795
www.arqsp.org.br

Sumário

- 6 **Apresentação**
José Francisco Guelfi Campos
- 9 **A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil**
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
- 24 **Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo**
Jorge Phelipe Lira de Abreu
- 37 **Análise diplomática da autenticidade de documentos de arquivo pessoal**
Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves
Maria Amélia Teixeira da Silva
- 49 **O acervo documental de estudos e projetos de Nelson Gandur Dacach da Escola Politécnica da UFBA: uma proposta de intervenção**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Vivien Luciane Viaro
- 57 **Arquivo pessoal: a importância da reorganização do fundo Josué Montello para preservação da memória literária do escritor**
Joseane Maria de Souza e Souza
- 71 **Memórias no arquivo Maurílio de Almeida: extensão universitária e prática arquivística**
Francisco Sávio da Silva
Thiago Brandão da Silva
- 84 **Sobre o organizador**
- 85 **Sobre os autores**

Apresentação

José Francisco Guelfi Campos

A teoria arquivística tradicional consagrou a distinção dos arquivos segundo a natureza – pública ou privada – da entidade que os acumulou, criando, assim, duas categorias para designá-los e caracterizá-los. De um lado, os “arquivos públicos”, constituídos no curso das atividades dos órgãos ligados à administração pública. De outro, os chamados “arquivos privados”, abarcando tanto os conjuntos de documentos produzidos por instituições de direito privado quanto aqueles acumulados por indivíduos e famílias.

A distinção entre os conceitos de *público* e *privado*, por si só controversa, é matéria que vem, desde há muito, estimulando reflexões nas áreas do Direito, da História e da Filosofia. Quando entram em cena os arquivos, soma-se outro elemento não menos relevante: a diferença entre a natureza *institucional* ou *pessoal* dos fundos privados, que implica consequências que resvalam na consecução das diferentes funções que constituem o tratamento documental e acarreta questionamentos para além das fronteiras da Arquivologia.

Foi este o mote do III Encontro Nacional de Arquivos Privados, promovido pela Associação de Arquivistas do Estado do Ceará, em Fortaleza, em outubro de 2016, por ocasião do VII Congresso Nacional de Arquivologia: promover um espaço aberto para o diálogo e a troca de experiências entre profissionais, pesquisadores e estudantes, por meio do compartilhamento de reflexões teóricas, relatos de pesquisa e estudos de caso.

Os artigos reunidos neste volume, originalmente apresentados sob a forma de comunicações orais, não deixam de refletir, em seu conjunto, característica flagrante do campo de estudos sobre os arquivos de natureza privada, qual seja, a predominância de iniciativas voltadas para os chamados “arquivos pessoais”, o que não deixa de ser curioso, haja vista que o próprio estatuto dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos como *arquivos*, no sentido estrito do termo, é questão ainda controversa entre os teóricos da área. Se, por um lado, há quem neles reconheça os atributos essenciais de organicidade, unicidade e instrumentalidade,

por outro, há quem os enxergue como produtos conscientemente forjados por seus titulares na expectativa de construir uma determinada imagem de si.

À margem estão os arquivos privados de natureza institucional, que configuram tema ainda pouco explorado na bibliografia especializada produzida no Brasil e cuja ausência se faz notar nos acervos das instituições de custódia do patrimônio documental. É este o tema do artigo de Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, que abre a coletânea. Lastreado em dados coletados junto aos Arquivos públicos estaduais, em pesquisa em andamento, o texto evidencia tal situação, decorrente, no entendimento da autora, dos problemas de nossa legislação que, eivada de caráter “sugestivo”, não estabelece obrigatoriedade de preservação dos arquivos privados, mesmo reconhecendo que possam figurar como objetos de “interesse público”. A ambiguidade conceitual da categoria “arquivos privados” é outra questão que não escapa ao seu olhar rigoroso.

Os demais trabalhos têm como objeto principal os chamados “arquivos pessoais”, em abordagens bastante diversas. Procurando entender o lugar desses arquivos no bojo da teoria arquivística, Jorge Phelipe Lira de Abreu faz uma incursão pelos principais manuais da área – dos Holandeses a Schellenberg, passando por Jenkinson, Casanova e Brenneke – comparando as definições do conceito de arquivo propostas pelos diferentes autores, para chegar ao debate a respeito dos arquivos pessoais na Arquivologia contemporânea, quando o reconhecimento de seu caráter orgânico e instrumental abre caminho para a discussão de sua relação com os princípios arquivísticos, entre os quais, mais notadamente, o da Proveniência.

Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves e Maria Amélia Teixeira da Silva, por seu turno, deslocam a discussão em torno dos arquivos pessoais para o campo da Diplomática. Tendo em vista o caráter probatório dos documentos, os autores demonstram a aplicação dos procedimentos de análise consagrados da disciplina que surge no século XVII – e que se renova à luz dos documentos contemporâneos, em especial os chamados “nato-digitais” – para a verificação da autenticidade de certas espécies documentais presentes em arquivos pessoais. Tendo privilegiado as certidões, os certificados e as declarações, em detrimento de espécimes menos convencionais, usualmente encontrados em conjuntos acumulados por indivíduos, o texto deixa em aberto a instigante questão acerca da aplicabilidade dos preceitos e métodos da Diplomática no estudo tipológico dos documentos aos quais Luciana Duranti denominou “discricionários”, ou seja, aqueles que não derivam de atos juridicamente relevantes. Trata-se, com efeito, de campo fértil para estudos posteriores.

Abrindo espaço para os estudos de caso, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira e Vivien Luciane Viaro apresentam proposta de intervenção sobre os estudos e projetos deixados por Nelson Gandur Dacach, docente da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Católica de Salvador, falecido em 2014. Partindo dos dados coletados em pesquisa de identificação do acervo

documental da Escola Politécnica da UFBA, as autoras discutem a orientação metodológica a ser empregada no tratamento do arquivo do professor, ressaltando sua relevância para o estudo da História da Ciência no Brasil, sobretudo no que tange ao desenvolvimento da Engenharia Ambiental e Sanitária no Nordeste brasileiro, e projetam possibilidades de difusão por meio das atividades do Memorial Arlindo Coelho Fragoso, que responde pela custódia do fundo.

A relação entre os arquivos pessoais e a preservação da memória de seus titulares é tema do artigo de Joseane Maria de Souza e Souza, em que discute a experiência de reorganização do arquivo do escritor maranhense Josué Montello. Apresentando o histórico de constituição do fundo, a autora comenta as intervenções da viúva do titular – que tomou para si a missão de organizar os documentos e remetê-los para a Casa de Cultura Josué Montello, em São Luiz –, para, então, expor os passos do projeto iniciado em 2013, naquela instituição, cujos objetivos se centraram na elaboração do quadro de arranjo e na digitalização do arquivo. Embora não seja objeto de sua análise, o quadro de arranjo apresentado, construído segundo a metodologia preconizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas), instiga a reflexão acerca do emprego de artifícios classificatórios baseados na adoção de categorias amplas – e, muitas vezes, genéricas – em face de outras estratégias que, voltadas para o estudo da relação entre os documentos e as circunstâncias de sua gênese e acumulação, conduzem à abordagem contextual dos arquivos pessoais, permitindo a reconstituição de sua característica fundamental, qual seja, a organicidade.

Questionamentos semelhantes decorrem da leitura do trabalho de Francisco Sávio da Silva e Thiago Brandão da Silva, em que descrevem a iniciativa levada a cabo pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas da Universidade Federal da Paraíba. Trata-se de projeto de extensão desenvolvido em três etapas, envolvendo estudantes dos cursos de graduação em História e Arquivologia daquela universidade, cujo objetivo foi organizar o arquivo pessoal de Maurílio de Almeida, cujos documentos, flagrantemente da trajetória do médico e historiador paraibano falecido em 1998, constituem fontes relevantes para o estudo da História do Estado nos séculos XIX e XX.

A reunião de um grupo heterogêneo, constituído por pessoas de formações e experiências diversas, que resultou em profícua discussão durante nosso encontro em Fortaleza, agora toma corpo na forma de uma coletânea também marcada pela multiplicidade de olhares, entendimentos e pontos de vista. Esperamos que a leitura possa inspirar outros profissionais, pesquisadores e estudantes e estimular, acima de tudo, o diálogo em torno de questões que se encontram na base do quefazer arquivístico.

A presença de fundos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais do Brasil

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

A Lei de Arquivos brasileira considera “arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (Brasil, 1991). Nesta categoria, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005) inclui arquivos de entidades coletivas de direito privado, famílias ou pessoas.

A existência de arquivos em âmbito privado é referenciada desde a Antiguidade pela literatura especializada. Documentos das primeiras civilizações a utilizarem a escrita para registro de transações comerciais e patrimoniais fazem referência sobre a existência de documentos que garantiam direitos e controlavam ações no âmbito privado. Comerciantes e grandes proprietários mantinham arquivos de documentos relativos às transações comerciais e bens, além de correspondência.

O desenvolvimento do direito romano deverá ter contribuído para a proliferação de arquivos privados, que constituíam um instrumento essencial para o desenvolvimento dos negócios e garantia da propriedade dos cidadãos. Em Pompeia, no primeiro andar da casa do banqueiro Cecilius Jucundus, apareceu um grande cofre com a respectiva escrituração, feita em tabuinhas de cera. (Silva, 1999, p.66).

A teoria arquivística incorporou estes conceitos desde seus primórdios. No século XIX, a Associação dos Arquivistas Holandeses (1973, p. 19) definia que:

os órgãos administrativos e os empregados de entidades privadas também podem originar um arquivo. Há pessoas jurídicas de direito civil, tais como conventos, hospitais, confrarias, sociedades e associações (...) cujos órgãos administrativos ou empregados lavram contratos, recebem cartas, redigem atas etc, tudo no âmbito das suas funções, por onde se assemelham às entidades públicas. Às próprias pessoas privadas é dado possuírem arquivos. O negociante, da mesma forma que a sociedade comercial ou a

companhia, dispõe de um arquivo, composto do diário, razão, cartas recebidas, cópias das cartas expedidas, e assim por diante.

A partir do final do século XIX e início do XX, os arquivos privados passam a receber maior atenção, em virtude principalmente de seu potencial informativo, salientado pelo aparecimento de novas abordagens da pesquisa histórica. Na Alemanha, as pesquisas de História Econômica levaram universidades e pesquisadores a voltarem-se para os arquivos de empresas e bancos. A partir dessa primeira experiência, tanto na Alemanha quanto em outros países, os serviços de Arquivos Estatais passaram a criar estruturas específicas para receber arquivos de empresas. Em 1910, a Suíça criou o Arquivo Regional Suíço de Empresas, na Basileia e o Arquivo para a Indústria em Zurique. Na década de 1920, os Estados Unidos passaram pelo mesmo processo, dando início à coleta de arquivos privados empresariais para fomentar as pesquisas da *Business History Society*, na Universidade de Harvard. Ali foi instalada a *Baker Library*, responsável por receber e tratar acervos empresariais privados. A Inglaterra seguiu o mesmo caminho, com a criação na década de 1930 dos primeiros serviços de Arquivos privados de natureza econômica, o Business Archives Council (Tortella, 2005).

Na França, a renovação nos estudos históricos, representada principalmente pela Escola dos *Analles* e, posteriormente pela Escola Nova, deu início à valorização de novas fontes documentais. Neste contexto, a proteção aos arquivos privados passou a ter atenção dos Serviços Públicos de Arquivos. Em 1938, um decreto-lei estendeu aos arquivos privados disposições de organização aplicadas aos arquivos públicos, como primeira medida legal em favor desses conjuntos, que a partir daí passam também a ser considerados como patrimônio arquivístico. Mas foi a partir do final da década de 1940, com a criação de um Comitê de Salvaguarda de Arquivos Privados que uma política de preservação para esses documentos se consolidou (Nougaret; Even, 2008).

Esse panorama demonstra como, ao redor do mundo, a importância dos arquivos privados como componentes do corpus documental produzido pelas sociedades foi se consolidando ao longo do século XX. Neste sentido, é importante refletir sobre a existência de políticas públicas voltadas à preservação de acervos de natureza privada no Brasil.

O artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre as políticas públicas arquivísticas para a preservação de fundos de arquivos privados de natureza institucional no Brasil, considerando instituições econômicas ou sociais, a partir do levantamento dos fundos mantidos em arquivos públicos. Para concretizar esse objetivo, realizamos um breve levantamento bibliográfico sobre o tema dos arquivos privados no contexto brasileiro e internacional. Também foi realizado levantamento documental de fundos arquivísticos privados existentes no Arquivo Nacional e nos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil, com ênfase nos arquivos privados institucionais.

Esse trabalho está inserido no contexto de um projeto de pesquisa denominado “Modelos e Políticas de Preservação de Arquivos Privados no Brasil”, desenvolvido com apoio do CNPQ, que tem como objetivo pesquisar as condições de preservação de arquivos privados de valor permanente, pessoais e institucionais no Brasil, considerando os vários modelos de preservação existentes no país e no exterior. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa de natureza exploratória e descritiva, utilizando como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Referencial teórico - arquivos privados

A referência aos arquivos privados na bibliografia relativa ao tema no Brasil tem demonstrado uma das questões abordadas por esse artigo: a ausência de arquivos privados institucionais nos estudos arquivísticos e informacionais. Ao pesquisarmos o termo “arquivos privados” para levantamento de referencial teórico nas bases de dados e repositórios de publicações, a ocorrência é predominante para arquivos pessoais. Esse parece ser o principal enfoque dado aos arquivos privados tanto nos ambientes de preservação quanto no ambiente de pesquisa. Uma decorrência lógica, uma vez que é predominantemente a partir dos acervos existentes que é desenvolvida a pesquisa científica.

Podemos classificar os arquivos privados de acordo com a natureza de sua produção. A primeira divisão ocorre entre arquivos pessoais e institucionais, ou arquivos de pessoas físicas e arquivos de pessoas jurídicas de direito privado.

Na categoria pessoal estão incluídos os arquivos produzidos por pessoas físicas e por grupos familiares, criando uma categoria específica, como extensão do conceito de arquivo pessoal. Na categoria institucional, Christine Nougaret e Pascal Even (2008, p.28) incluem arquivos de natureza econômica, ou arquivos empresariais, e os arquivos denominados pelos autores como arquivos de associações. Bellotto (2004, p. 255) utiliza a denominação Arquivos Sociais para se referir a arquivos de entidades organizadas para desenvolvimento de atividades em benefício de um grupo social qualquer. Incluem-se neste conceito associações de classe, entidades educacionais e beneficentes, entidades religiosas, culturais, entre outras possibilidades.

A importância dos arquivos privados é demonstrada também pela Lei de Arquivos, que em seu artigo 12º define que eles “poderão ser identificados pelo Poder Público, como de interesse público e social, se considerados como fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”. Porém, apesar do pressuposto legal de defesa da preservação, é fato que há grande dificuldade em

garantir a manutenção desses acervos até que atinjam o status de patrimônio histórico documental. A legislação possui caráter sugestivo, que não estabelece obrigatoriedade sobre o tema. Neste caso, a propriedade privada, direito e garantia fundamental do cidadão brasileiro, estabelecido pelo artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1998), transforma a execução da Lei de Arquivos, no que se refere aos arquivos privados, em ato de liberalidade dos titulares (Pazin, 2014).

Assim como em outros lugares do mundo em que há legislação específica sobre a preservação dos arquivos privados, a discussão sobre esse tema é ainda bastante inconclusiva. Como dizia Marquant (1960, p. 9), desde sua criação, os Arquivos Nacionais do Mundo do Trabalho, na França,

podem receber para depósito os arquivos das empresas. A fim de resguardar os direitos e as suscetibilidades das casas que consentem em separar-se de seus papéis – o que continua estritamente facultativo por não existir regulamentação coercitiva na matéria – lavra-se, na maioria dos casos, contrato de depósito. Confirma este a propriedade dos depositantes e a obrigação de serem os mesmos consultados, antes de qualquer consulta por parte de algum historiador.

Para Rousseau e Couture, os princípios da proveniência e territorialidade determinam a preservação dos arquivos preferencialmente no âmbito institucional de sua produção. Os autores dizem que “este princípio advoga que os arquivos sejam conservados o mais perto possível do lugar de sua criação e a sua aplicação significa que eles devem ser guardados pela instituição que os criou” (Rousseau; Couture, 1998, p. 89). Porém, como os próprios autores indicam na sequência, “a aplicação do princípio nunca é tão simples quanto seu enunciado”.

Considerando os arquivos privados, especialmente aqueles de origem institucional, a preservação do acervo significa, na maior parte das vezes, garantir sua sobrevivência após o desaparecimento da entidade que o produziu. É fato que entidades de direito privado tendem a desaparecer de maneira infinitamente mais rápida do que as entidades públicas, por sua própria característica de empreendimento social ou individual. Garantir a preservação destes acervos implica em um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo que não podem prescindir da atuação das diversas instâncias sociais. Arquivistas, legisladores, historiadores devem se envolver nesse processo.

No Brasil, embora a Lei de Arquivos tenha pretendido atuar com a formalização da “Declaração de interesse público e social” para arquivos privados, o alcance da medida foi bastante limitado. Um levantamento realizado por Molina (2012, p. 168), a partir dos processos de solicitação da Declaração ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) entre os anos de 2000 e 2008, demonstrou que nesse

período, foram abertos 17 processos, dos quais 14 foram aprovados, sendo nove arquivos pessoais e cinco institucionais.

Ao analisarmos essa informação, ao menos uma questão se coloca: por que, num país de dimensões continentais, com entidades e instituições privadas presentes ao longo da maior parte de sua história, um número tão pequeno de entidades buscou junto ao Conarq a Declaração de Interesse Público e Social? Luciana Heymann nos dá uma pista sobre o tema.

Os critérios de reconhecimento da relevância social de acervos documentais são profundamente informados por lutas sociais, políticas, culturais, identitárias etc. Percebê-lo significa perceber também que tais critérios, necessariamente, se modificam ao longo do tempo, em um processo aberto. Vivemos, hoje, um intenso processo de afirmação de novos grupos e, assim também, de novas identidades. Cada novo grupo que se constitui busca o seu reconhecimento no espaço público, produzindo efeitos significativos sobre os modos como a sociedade como um todo se percebe. Nesse processo, termina-se por produzir o reconhecimento da relevância social daquilo que antes, muitas vezes, era mesmo invisível (Heymann, 2005, p.3).

Como a diz a autora, são inúmeras as variáveis para reconhecimento de bens culturais como relevantes para a sociedade. Esse reconhecimento passa pela compreensão do valor daquele bem perante o grupo e também pela criação de mecanismos de preservação efetivos. Este é um problema difícil de resolver, mesmo para aqueles acervos cujas entidades estejam sob influência dos órgãos governamentais.

Para Heloísa Bellotto, a preservação dos documentos privados é um problema complexo.

As questões de recolhimento, sonegação e destruição de papéis apresentam facetas mais complexas quando se trata da área privada. Isto porque atos ligados aos deslocamentos de fundos, aos critérios de avaliação, à proibição de expurgo indiscriminado e de exportação podem ser determinados por leis municipais, estaduais e federais, com validade nas suas respectivas jurisdições, quando o que está em causa são documentos produzidos pelo poder público. No caso dos acervos privados é apenas a sensibilização, por persuasão, por especiais interesses e concessões que certos acervos podem ser resgatados para a pesquisa histórica (Bellotto, 2004, P. 258).

Mesmo no caso de indicação pelo poder público dos arquivos de interesse público e social, a efetividade de qualquer processo de preservação estará sujeita ao desejo voluntário do titular em recolher estes documentos a uma instituição de custódia de arquivos permanentes e permitir o acesso público a eles.

No Brasil, um exemplo dessa dificuldade aparece na questão do recolhimento de arquivos de empresas concessionárias de serviços públicos, privatizadas ao longo dos anos 1990. Em 2002, o Decreto 4.073 (Brasil, 2002) pretendia estabelecer uma política nacional para destinação de documentos de empresas privatizadas ou em processo de privatização. Embora o decreto considere como públicos tais arquivos, a ausência de definições claras sobre quais documentos seriam recolhidos aos arquivos públicos e em que condições, criou um impasse na aplicação da Lei (Pazin, 2014).

É de se perguntar, portanto, em que circunstâncias os arquivos privados de empresas, entidades e pessoas são preservados. Temos visto que somente um pequeno número desses arquivos tem sido preservado e tornado público. E mesmo assim, na maior parte das vezes, são os arquivos de empresas de capital misto e os arquivos pessoais de personalidades públicas (especialmente políticos e artistas), os que têm sido mais frequentemente abertos aos pesquisadores.

No caso das organizações de caráter social, uma hipótese a ser verificada é se a ação prevaleceria sobre o legado: a premência em realizar a missão da entidade prejudicaria a reflexão sobre a preservação do acervo. Em muitos casos, a falta de profissionalização também poderia ser um entrave, fazendo com que os documentos desapareçam com o passar dos anos, ao longo de diversas gestões. Em conjunto, essas questões promovem uma situação desfavorável à preservação de acervos documentais, mesmo aqueles de valor histórico e social relevante.

Delimitação do universo de pesquisa - pessoas jurídicas de direito privado

Organizações são unidades sociais, intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos (Etzioni, 1976, p.7). No conceito de organização estão incluídos vários tipos diferentes de entidades, com objetivos e mecanismos de funcionamento diferentes.

No Brasil, a legislação denomina essas organizações formais como pessoas jurídicas, que podem ser de direito público, como os órgãos governamentais, ou de direito privado. O Código Civil (Lei 10.406/2002) define no artigo 44 como pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos. Destes apenas os partidos políticos são regulados por lei específica (Pazin, 2012, p.18).

Pela definição do Código Civil, podemos dividir as pessoas jurídicas de direito privado em duas grandes categorias: aquela representada pelas sociedades, ou

empresas, como são denominadas as organizações de finalidade econômica; e outra representada pelas associações e fundações, que denominamos organizações da sociedade civil, sem finalidade lucrativa (Pazin, 2012, p. 19) Essa categorização está em consonância ao que os teóricos da Arquivologia preconizam.

Fundações podem ser públicas ou privadas, de acordo com o modo como foram instituídas. Serão públicas quando criadas pelo poder público para realização de ações de natureza pública. Associações, por outro lado, possuem sempre natureza privada, pois “são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, não havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos” (Código Civil, art. 33).

Por envolverem atividade econômica, as empresas possuem caracterização mais complexa. A origem de seu patrimônio poderá ser pública ou privada, mas ela sempre mantém a característica de pessoa jurídica de direito privado. Embora muitas empresas sejam identificadas como públicas, por ter tido sua criação autorizada por lei para prestação de serviço público ou exploração de atividade econômica de interesse governamental, na maioria das vezes, trata-se de empresas de economia mista, com patrimônio constituído por recursos públicos e privados (Cotrim, 2009, p. 43).

Como resume Hely Lopes Meirelles (2004, p.357),

o que caracteriza a empresa pública é seu capital exclusivamente público, de uma só ou de várias entidades, mas sempre capital público. Sua personalidade é de direito privado e suas atividades se regem pelos preceitos comerciais. É uma empresa, mas uma empresa estatal por excelência, constituída, organizada e controlada pelo poder público. (...) Ante as características apontadas, a empresa pública situa-se na zona de transição entre os instrumentos de ação administrativa do poder público e as entidades privadas de fins industriais. Sujeita-se ao controle do Estado, na dupla linha administrativa e política, já que seu patrimônio, sua direção e seus fins são estatais. Vale-se tão somente dos meios da iniciativa privada para atingir seus fins de interesse público.

Essa diferenciação é importante quando devemos determinar a natureza dos fundos de arquivos empresariais dentro do acervo de arquivos públicos. É importante compreender a diferença existente entre a origem do patrimônio e a natureza jurídica de uma organização para qualificar adequadamente esse tipo de acervo.

Levantamento de acervos privados nos arquivos públicos estaduais

Para efeito da pesquisa foram considerados documentos relativos a associações, fundações e institutos privados, além de empresas, tanto privadas quanto públicas. Dentre os arquivos privados tradicionalmente reconhecidos, não foram considerados os arquivos eclesiásticos por haver tradicionalmente, neste caso, esferas específicas de preservação institucional para tais acervos.

Os arquivos notariais, presentes na grande maioria dos arquivos públicos, também não foram considerados porque, apesar da sua característica de registro de ações de natureza privada, correspondem a uma função pública, o registro público de atos civis necessários à regulação dos direitos sociais, como a formalização de nascimentos, casamentos, heranças e transição de bens, executados por agentes privados. Neste sentido, esses acervos fogem ao objetivo dessa pesquisa.

Para a coleta de dados, foram considerados os Arquivos Públicos dos 26 estados da federação e do Distrito Federal e também o Arquivo Nacional que, apesar de não tratar-se de arquivo estadual, tornou-se um dos mais significativos depositários de acervos de origem privada do país.

Dos acervos elencados para a pesquisa, não conseguimos informações consistentes em nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins. Sendo assim, foram efetivamente utilizados para levantamento 17 arquivos estaduais, o Arquivo do Distrito Federal e o Arquivo Nacional.

O Arquivo Nacional apresenta, em sua base de dados de descrição 890 fundos de arquivo, coleções e conjuntos documentais. Dentre esses, foram identificados 351 arquivos privados com as características do universo de pesquisa, sendo 256 pessoais e 95 institucionais. Dentre os fundos privados institucionais, identificamos várias companhias (sociedades anônimas) de economia mista ou de propriedade do governo federal em diversos momentos da história do Brasil. Essas empresas, embora de propriedade governamental configuram-se como pessoas jurídicas de direito privado, uma vez que o estatuto jurídico das sociedades econômicas assim estabelece. Dentre esses fundos, podemos identificar a Cia. Docas do Rio de Janeiro, a Cia. Siderúrgica da Amazônia, a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, a Rede Ferroviária Federal, entre outros.

Além das companhias, uma série de empresas de comunicações, entre radiodifusoras e emissoras de TV têm seus acervos preservados no Arquivo Nacional, procedentes de convênio com a Cinemateca do Museu de Arte Moderna, ou cedidos por familiares ou ex-funcionários, como no caso da TV Tupi.

No Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) são custodiados o total de 17 fundos. Destes, oito são fundos privados, sendo apenas um deles, institucional – o Fundo Brasília Palace Hotel. Na página do arquivo, são delimitadas as condições para recebimento de conjuntos de natureza privada.

Além dos documentos de valor permanente acumulados pelos órgãos do Governo do Distrito Federal, o ArPDF pode recolher a documentação de caráter privado, quando o acervo for considerado relevante para a história do Distrito Federal e não houver outra solução viável para sua preservação ou acesso (Arquivo Público do Distrito Federal, sd.)

Como dito anteriormente, duas diretrizes determinam o recebimento de documentação privada pelo ArPDF, a relevância histórica, como poderíamos denominar o interesse público e social preconizado pela Lei de Arquivos, e a impossibilidade de preservação pelos próprios titulares, como indica o princípio da territorialidade.

O Arquivo Público de Alagoas não possui um guia de acervo que determine os fundos e coleções preservados. No catálogo geral do acervo (na verdade uma relação de caixas com identificação de conteúdo) encontram-se identificados documentos individualmente ou em pequenos conjuntos, num total de 5.782 caixas. Uma parte desses documentos refere-se a entidades privadas, principalmente hospitais, asilos e escolas. Essa documentação encontra-se em meio a outros documentos da administração pública, o que sugere que se trate de prestação de contas de entidades conveniadas ou prestadoras de serviços ao governo estadual. Como exemplos, podemos identificar o Grupo Espírita João Lício Marques, com um Livro de Selo de Verbas do Governo do Estado de Alagoas; ou as Santas Casas de Misericórdia de Penedo e de Maceió, com relatórios de prestações de contas, ou como no caso da Usina Maison Pajussara, que contempla balanços, documentos de imóveis e lançamentos de depósitos. Além desses, alguns conjuntos denominados coleções pessoais foram identificados, como é o caso do “Códice Wenceslau de Almeida” ou a “Coleção do Professor Moacir Medeiros de Sant’Ana” (Alagoas, sd). Em nenhum dos casos, porém, é possível estabelecer a efetiva correspondência com um fundo de arquivo privado. A correta interpretação dos dados apresentados no referido catálogo só poderá ser realizada após a classificação do acervo.

Segundo informação fornecida pela administração do Arquivo Público da Bahia, o acervo encontra-se em fase de organização. Até o momento, foram identificados quatro fundos privados, sendo três pessoais e um institucional: o Fundo Companhia Empório Industrial do Norte, doado pela família do industrial Luis Tarquínio. No caso da Bahia, além do Arquivo Público, a Fundação Pedro Calmon (FPC), também é responsável pelo Centro de Memória da Bahia, que recebe

documentos de acervos privados de personalidades públicas, contemplando 28 fundos de arquivos pessoais, além de coleções bibliográficas (Bahia, sd).

No caso do Arquivo Público do Ceará, há informações sobre dois fundos privados, sendo um pessoal e um institucional: a Firma Bóris Féres. Assim como outros acervos estaduais, segundo informações dos coordenadores do Arquivo, o processo de organização ainda poderá revelar novos fundos privados mantidos no acervo.

O Arquivo Público do Espírito Santo possui 18 fundos de arquivo em seu acervo, sendo 11 públicos e sete privados. Desses, todos correspondem a arquivos pessoais. Cabe salientar a presença de uma coleção privada de caráter institucional formada por 45 fotografias do Foto Clube Espírito Santo (Espírito Santo, sd). Embora não se caracterize como fundo de arquivo, a análise sobre como esses documentos chegaram ao Arquivo Público poderia fornecer informações interessantes sobre o processo de seleção de acervos privados para preservação.

Dentre os 44 fundos de arquivo previamente identificados pelo Arquivo Público de Mato Grosso, foram localizados oito fundos privados, sendo cinco pessoais e três institucionais. Desses, dois pertencem ao período colonial (Santa Casa de Misericórdia e Hospital São João Lázaro) e um ao período republicano: o Fundo Usina da Ressaca. Cabe salientar que o Arquivo faz uma separação entre o acervo documental e o acervo fotográfico. Dos fundos privados, todos os acervos pessoais possuem apenas documentos fotográficos.

No Arquivo Público do Mato Grosso do Sul, embora o acervo esteja em processo de organização, e ainda não tenhamos obtido informações concretas sobre a existência de fundos de origem privada, há referência sobre a Coleção Companhia Matte Larangeira, composta por 1.283 imagens da companhia, fundada na segunda metade do século XIX por Thomaz Larangeira.

No Arquivo Público Mineiro, o Guia de Acervo informa a existência de 68 fundos de arquivo e 25 coleções. Dentre os fundos de arquivo, encontramos 31 fundos privados, sendo um institucional: o Fundo Folha da Manhã. Porém, o acervo “é constituído exclusivamente por fotografias que ilustravam as matérias publicadas no jornal referentes à política, economia, cultura, esporte e ocorrências policiais no estado, nacional e internacional. Destaca-se o período que compreende a segunda guerra mundial.” Das coleções, 13 são privadas, sendo apenas uma institucional, a Coleção Tipografia Guimarães, “composta por fotografias de belo horizonte, do interior de Minas Gerais, de políticos mineiros, de artistas e de pessoas da sociedade mineira” (Arquivo Público Mineiro, sd).

No Arquivo Público do Pará, as tabelas de inventário do acervo indicam a presença de 08 fundos de arquivo, todos públicos.

O Guia de Acervo do Arquivo Público do Paraná indica a existência de 58 fundos de arquivo, dentre os quais nove fundos privados, sendo apenas um institucional, o fundo Associação dos funcionários públicos do Paraná.

Segundo informações do Arquivo Público de Pernambuco, nesse estado a situação seria relativamente diferente. Conforme informações fornecidas pelo coordenador do arquivo, foram identificados 11 fundos privados no acervo, sendo apenas um arquivo pessoal, o acervo do ex-senador Jarbas Maranhão. A maioria dos fundos identificados refere-se a empresas ligadas ao fornecimento de serviços públicos, como a Companhia do Beberibe, de fornecimento de água, a Companhia Recife Drainage, de saneamento, a Fielden Brothers, de iluminação pública, entre outras. Considerando a evolução administrativa dos serviços públicos no país, esse grande volume de acervos empresariais poderia ser reflexo da nacionalização de diversas empresas de serviços públicos que ocorreu ao longo do século XX. Neste caso, esses documentos teriam sido incorporados ao acervo de órgãos estaduais sucessores das empresas concessionárias. Neste momento, não é possível validar essa hipótese, sendo necessário um estudo aprofundado sobre a composição de cada um dos fundos de arquivo para verificar a proveniência e as condições societárias de cada empresa.

No Arquivo Público do Rio de Janeiro, o Guia de Acervo conta com cinco acervos pessoais, categorizados como coleções, dentre os 25 fundos que fazem parte do Arquivo. Não há referências sobre arquivos privados institucionais (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2015). Uma possibilidade para a ausência de acervos dessa natureza é a concorrência com o Arquivo Nacional, localizado também no Rio de Janeiro. Essa hipótese poderá ser testada com a análise da história arquivística dos fundos institucionais localizados no Arquivo Nacional, considerando procedência e proveniência.

No Rio Grande do Sul, a documentação permanente divide-se entre duas unidades: o Arquivo Público do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Neste último, responsável pela preservação de arquivos de valor permanente e com valor histórico para pesquisa já determinado, há referência sobre 11 fundos de arquivos privados, todos pessoais.

O Centro de Documentação Histórica de Rondônia identifica-se como o responsável pela preservação de “documentos de interesse histórico, de valor permanente, bem como um espaço favorecedor da pesquisa regional” (Rondônia, sd). Neste acervo, há referência a cinco coleções particulares de personalidades do estado, que poderiam se configurar com fundos pessoais. Embora exista referência ao Núcleo de Arquivo Oficial de Rondônia, ainda não obtivemos sucesso na pesquisa sobre a existência de documentos permanentes. Moraes e Ramalho (2010, p. 70) identificam a existência de fundos de arquivos públicos e privados dispersos por diversas

instituições, na capital, Boa Vista, sem no entanto, detalharem características específicas dos acervos em virtude da falta de organização em cada local.

O Catálogo dos Instrumentos de Pesquisa do Arquivo Público de Santa Catarina indica a presença no acervo de seis arquivos privados, sendo cinco pessoais e um fundo denominado “Campanha Pró-monumento Vidal Ramos” (Nunes; Soares, 2003). Para este fundo não há informações sobre a proveniência efetiva que possa confirmar sua natureza privada.

O Guia do Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo está passando por uma grande revisão, visando adequar as descrições dos fundos custodiados às normas internacionais. Embora a organização anterior deva ser alterada nos próximos tempos, os arquivos privados encontram-se mais claramente delimitados (São Paulo, sd). De 61 arquivos privados identificados, incluindo-se aí companhias de economia mista, há 44 fundos e coleções pessoais e 17 institucionais. O volume documental existente em cada um deles é bastante diverso, havendo casos de documentos avulsos unitários catalogados na categoria de fundo de arquivo, como o Estatuto da Sociedade para Destruir Formigas ou o Estatuto do Sindicato Agrícola. Após a revisão completa do Guia, certamente essa configuração será alterada. Mas, para isso, é necessário que seja realizada extensa pesquisa sobre a recepção dos documentos no acervo do Arquivo Público, sobre sua efetiva proveniência, uma vez que se pode configurar a existência de documentos relacionados à contratação de empresas para prestação de serviços públicos, o que justificaria a existência de documentos dessas empresas no acervo de fundos públicos como, por exemplo, os documentos indicados como pertencentes à Companhia Sul Paulista de Navegação e Mineração, que fazem parte do Fundo Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Por fim, no Arquivo Público Estadual de Sergipe foram identificados 11 acervos privados, denominados de coleções particulares, todos pessoais, dentre os 24 fundos existentes no acervo.

A tabela 1 consolida o volume documental relativo aos acervos privados identificados nos arquivos pesquisados.

Local	Fundos Privados	Fundos Pessoais	Fundos Institucionais
Arquivo Nacional	351	256	95
Distrito Federal	08	07	01
Alagoas	00	00	00
Bahia	32	31	01
Ceará	02	01	01
Espírito Santo	07	07	00
Mato Grosso	08	05	03
Mato Grosso do Sul	01	00	01

Local	Fundos Privados	Fundos Pessoais	Fundos Institucionais
Minas Gerais	44	41	03
Pará	00	00	00
Paraná	09	08	01
Pernambuco	11	01	10
Piauí	00	00	00
Rio de Janeiro	05	05	00
Rio Grande do Sul	11	11	00
Rondônia	05	05	00
Santa Catarina	06	05	01
São Paulo	61	44	17
Sergipe	11	11	0
TOTAL	572	438	134

Tabela 1 – Volume de acervos privados (fundos e coleções) em arquivos públicos estaduais

Fonte: elaborado pela autora

Considerações parciais

A partir do levantamento proposto, fica claro o baixo índice de preservação de acervos privados institucionais nos arquivos públicos estaduais. O Arquivo Nacional segue sendo o grande preservador de acervos institucionais.

Um dado importante a ser considerado é a prevalência de arquivos pessoais dentre os arquivos privados. Dos 572 fundos e coleções localizados, 438 ou 76,6% são arquivos pessoais. Os 134 fundos institucionais representam 23,4% do total, mas esse volume não se encontra de maneira equilibrada. Enquanto a grande maioria dos fundos e coleções foram identificados no Arquivo Nacional, oito dos 19 arquivos analisados não possuem um único arquivo institucional em seu acervo. E com exceção do Arquivo Público de Pernambuco, que indicou dez fundos/coleções institucionais, contra um único arquivo pessoal, em todos os demais predominam os arquivos pessoais com larga margem de diferença.

Nos arquivos estaduais, o lento processo de organização dos acervos pode ser um dos motivos que levam as administrações a não conseguirem ampliar o recebimento e identificação de arquivos privados. Se nem mesmo o acervo de origem governamental está organizado, não seria possível estabelecer como prioridade a preservação de outros acervos.

Todos esses indicadores demonstram que a preservação de arquivos privados, sejam eles pessoais ou institucionais, ainda demanda a criação de políticas públicas efetivas que consigam superar as dificuldades operacionais que tradicionalmente assolam os arquivos públicos brasileiros. Por outro lado, a ampliação gradual do número de arquivos públicos que vem ocorrendo nos municípios brasileiros pode indicar uma nova perspectiva para a preservação de fundos privados. Mais próximas à comunidade em que nasceram e se desenvolveram, entidades e empresas desaparecidas poderiam ter nos arquivos públicos municipais um local de preservação de seus acervos. Preservados nas próprias comunidades, talvez seja possível estabelecer uma efetiva condição de reconhecimento público das ações desenvolvidas em ambiente privado por essas instituições.

Referências

- ALAGOAS (Arquivo Público de Alagoas). *Catálogo Arquivo Público – 2011/2014*. Alagoas: Arquivo Público, sd. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.al.gov.br/catalogos/CATALOGO%20DO%20ACERVO%20DOCUMENTAL.pdf>> Acesso em 10 ago. 2016.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Guia de Acervo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, sd. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia> Acesso em: 10 ago. 2016.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Guia de Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/guiadefundos.htm> Acesso em: 10 ago. 2016.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Guia de Acervo*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, sd. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/listagem.php Acesso em: 10 ago. 2016.
- BAHIA (Fundação Pedro Calmon). *Arquivos Privados*. Salvador: Secretaria de Estado da Cultura / Fundação Pedro Calmon, sd. Disponível em: <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=80> Acesso em 10 ago. 2016.
- BELLOTTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28.jan.1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em 01 set. 2016.
- COTRIM, G. *Direito fundamental – instituições do direito público e privado*. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISTRITO FEDERAL (Arquivo Público do Distrito Federal). Sobre o ArPDF. Brasília: Distrito Federal, sd. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/sobre-o-arquivo/o-arquivo-publico-do-df.html> Acesso em: 10 ago. 2016

ESPIRITO SANTO (Arquivo Público do Espírito Santo). *Arquivos Permanentes*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura, sd. Disponível em: <http://ape.es.gov.br/> Acesso em: 10 ago. 2016.

HEYMANN, L. Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1610.pdf. Acesso em 10.mai.2014.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 29 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MOLINA, T. S. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.26, nº2, p.160-174, jul/dez,2013.

MORAES, C. G .M. S. M; RAMALHO, P. O. Centros de Documentação de Boa Vista/RR: diagnóstico e problematização. *Revista CPC*, São Paulo, n. 9, p. 65-82, nov. 2009/abr. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15655/17229> Acesso em: 10 ago. 2016.

NOUGARET, C.; EVEN, P. (coord.). *Les archives privées: manuel pratique et juridique*. Paris: La documentation Française, 2008.

PAZIN, M. C. C. Uma contribuição para a análise da importância da preservação dos arquivos privados institucionais. *Anais do VI Congresso Nacional de Arquivologia*. Santa Maria/RS: AARGS, 2014.

PAZIN VITORIANO, M.C.C. *Arquivos de organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais*. São Paulo: ARQSP, 2012.

RONDONIA (Governo do Estado). *Centro de Documentação Histórica de Rondônia*. Porto Velho: Governo do Estado, sd. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/secell/institucional/equipamentos/equipamentos-culturais/cedoc/> Acesso em: 10 ago. 2016.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999. (Biblioteca das Ciências do Homem, Plural, 2)

SOARES, A. M.; NUNES, N. R .D. *Catálogo de instrumentos de pesquisa do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis/SC: Secretaria de Estado de Administração, Divisão de Arquivo Público, 2003. Disponível em: http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=107&Itemid=267&lang= Acesso em: 10 ago. 2016.

Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo

Jorge Phelipe Lira de Abreu

Com a complexificação das estruturas sociais na contemporaneidade torna-se pouco provável a existência de um indivíduo sem que essa não seja marcada por alguns documentos. Existir, independentemente de formação ou carreira, desdobra-se em inúmeras funções das quais os documentos constituem evidência ou o meio pelo qual atividades são realizadas. Até mesmo aqueles informais e sem caráter oficial são capazes de evidenciar interesses pessoais, relações sociais, familiares e culturais. Assim, além do valor instrumental para seu produtor, os arquivos produzidos por pessoas constituem-se como fontes de importância social.

Oliveira (2012, p. 33) entende os arquivos pessoais como “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Os arquivos pessoais, portanto, são contemplados pelo conceito de arquivo sacramentado na Arquivologia, o qual apresenta uma matriz que independe da natureza dos conjuntos documentais. Produzido no âmbito público ou privado, por uma pessoa física ou jurídica, o que caracteriza um arquivo é o seu vínculo com o produtor e com as atividades que lhe deram origem.

No entanto, conforme expõe Yeo (2008, p. 124), os arquivos produzidos por pessoas teriam passado um tanto ao largo do processo de constituição da teoria arquivística, a qual consideramos o “corpo de conhecimento sobre a natureza dos arquivos a fim de definir uma estrutura intelectual para seus métodos e práticas” (Eastwood, 2013, p. 24). A teoria arquivística descansa muitas das vezes na premissa de que os documentos são criados e mantidos em um contexto institucional. Esse quadro acarretou na adoção de procedimentos diferentes dos adotados nos arquivos oriundos de organizações e dificultou “o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem” (Camargo, 2009, p. 28).

Yeo (2008, p. 124) sugere alguns fatores para o cenário delineado: a força dos arquivos públicos, a importância adquirida pela gestão de documentos, o foco das instituições em encontrar soluções para os documentos digitais, a disposição de arquivistas para deixar os arquivos pessoais a cargo de outras categorias profissionais e a predominância dos arquivos institucionais nas discussões metodológicas.

Sendo assim, para compreender os arquivos pessoais na Arquivologia contemporânea, investiga-se, no presente trabalho, esses conjuntos documentais a partir do pressuposto de que sua marginalidade se moldou em função do lugar ocupado no processo de constituição da teoria arquivística.

Metodologia

O presente artigo resulta da fase exploratória de pesquisa que busca problematizar a produção e o acúmulo de arquivos pessoais natos digitais, característicos da contemporaneidade, e seus aportes à teoria arquivística, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão de Arquivos e Documentos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesse contexto, a metodologia empregada é compreendida como a estrada sistemática para alcançar os objetivos traçados, a partir da perspectiva de Minayo (1992, p. 89-90), reconhecendo o caráter aproximado do conhecimento; a imprecisão, parcialidade e imperfeição que a ideia tem do objeto; que um problema de pesquisa emerge necessariamente de um problema concreto; e o olhar sobre o objeto limitado pela posição social do pesquisador.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa essencialmente qualitativa, cujo principal recurso metodológico foi a revisão de literatura. A partir de uma análise da produção bibliográfica sobre a temática dos arquivos pessoais, partiu-se para uma análise do processo histórico-epistemológico de constituição da teoria arquivística. Com base na periodização feita por Schmidt (2012, p. 103), elegeu-se cinco manuais arquivísticos que representam a sistematização da teoria arquivística no período da Arquivologia clássica (1789 - 1945) e Arquivologia moderna (1945 – déc. 1980) e que permitem acessar os enunciados dos principais teóricos dos arquivos, para compreender seus desdobramentos na Arquivologia contemporânea (pós-1980). São eles o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (1898), de Muller, Feith e Fruin, o *Manual de administração de arquivo* (1922), de Hilary Jenkinson, o *Manual Arquivística* (1928), de Eugênio Casanova, o *Manual Archivkunde*, de Adolf Brenneke (1953) e a obra *Arquivos modernos: princípios e práticas* (1956), de T. R. Schellenberg.

Posto que, segundo Minayo e Sanches (1993, p. 245), a linguagem e a prática são matérias primas da abordagem qualitativa, os manuais emergem como acesso a essas duas dimensões, visto que essas obras apresentam um caráter discursivo no que

tange a apresentação de princípios e definições (teoria) e também um caráter empírico em que pese seu aspecto prescritivo.

Tendo em vista que “toda construção teórica é um sistema cujas vigas mestras estão representadas pelos conceitos” (Minayo, 1992, p. 92), que os conceitos espelham perspectivas sobre a realidade e que os arquivos pessoais são contemplados no conceito de arquivo na Arquivologia contemporânea, a análise desse conceito nos manuais escolhidos desponta como chave para compreender o lugar dos arquivos produzidos por pessoas ao longo da constituição da teoria arquivística.

Gênese dos arquivos

Para alguns teóricos a Arquivologia tem suas raízes na Revolução Francesa, quando os arquivos se estabelecem oficialmente enquanto instituição. Para outros, a Arquivologia tem sua gênese na sistematização dos seus princípios e práticas por meio da publicação do Manual de arranjo e descrição de arquivos da Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898. No entanto, para a análise do processo de constituição da teoria arquivística é fundamental considerar o período que abrange a Antiguidade, Idade Média e Época moderna.

No período compreendido entre a invenção da escrita e a Revolução Francesa são delineadas as bases nas quais se firmará as matrizes de conhecimento sobre a natureza dos arquivos, seus métodos e práticas. Para Duranti (1995, p. 2-3) esse período abarca as raízes da ciência arquivística e a origem da bibliografia arquivística, já que as primeiras obras que se dedicaram a temas e tarefas relacionadas aos arquivos foram escritas por juristas no século XI. Posner (2013, p. 274) também concorda ao afirmar que é necessário revisitar o período para compreender as linhas que conduziram o desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa.

O sentido dado ao arquivo na Antiguidade é o de local de guarda em que os documentos públicos eram depositados. Como observa Schmidt (2012, p. 104), “a ideia de arquivo remetia-se a depósitos de documentos a serviço da administração, ‘tesouros’ mantidos guardados pelo seu valor de garantia jurídica”. Conforme expõe Duranti (1995, p. 2-3), o Direito Romano preconizava que pelos arquivos se podia preservar a memória dos atos que relatavam, os documentos eram dotados de autoridade e sua manutenção em lugar público garantia sua confiabilidade, assim como sua custódia ininterrupta assegurava sua autenticidade.

Com a dissolução das organizações administrativas na Idade Média, o sentido e valor atribuído aos arquivos se altera. A criação e manutenção de documentos fica a cargo dos eclesiásticos. Posner (2013, p. 274) verifica que os arquivos se restringiam aos materiais recebidos e, particularmente, aos dispositivos dotados de algum valor financeiro ou legal. a custódia dos arquivos passa a ser feita junta aos livros nos

mosteiros e catedrais e os documentos, portanto, submetidos aos mesmos métodos de organização.

Com o fim da Idade Média os arquivos recobram a importância. O Estado Moderno é caracterizado pela retomada econômica e pela reorganização social. Nesse contexto, os valores jurídico e probatório que os documentos possuíam na Antiguidade são recuperados ao mesmo tempo em que “passam a ter novos valores, usos e uma função mais evidente, de forma que funcionários são nomeados para organizar documentos e principalmente manter a autenticidade de certidões” (Ribeiro, 1999, apud Schmidt, 2012, p. 105). Estabelecidos esses valores, inicia-se o uso cultural pelos letrados, com o objetivo de redigir as primeiras “histórias oficiais”.

A partir da análise do período que precede a formulação das bases da teoria arquivística, entende-se por documento aqueles acumulados com a finalidade de garantir direitos e privilégios e subsidiar a produção de eruditos enquanto evidência histórica. Antes da Revolução Francesa, arquivo era compreendido como um lugar a serviço da administração no qual o valor probatório e jurídico era preservado, cuja a característica principal era a descentralização. A partir desse panorama, passa-se à Arquivologia clássica.

O conceito de arquivo na arquivologia clássica: os holandeses, Jenkinson, Casanova e Brenneke

O período compreendido pela Arquivologia clássica tem início com a Revolução Francesa e termina após a II Guerra Mundial, para muitos teóricos é caracterizado por grandes mudanças políticas, administrativas, sociais e econômicas. Para Posner (2013, p. 275) a Revolução Francesa configura-se como um marco do começo de uma nova era na administração dos arquivos, sua primeira contribuição importante foi o estabelecimento de uma administração central dos arquivos públicos em esfera nacional, a segunda foi o reconhecimento da responsabilidade do Estado em relação ao patrimônio documental e, por fim, o princípio da acessibilidade dos arquivos públicos, ainda que somente uma pequena parcela da sociedade fosse letrada.

Embora o estabelecido anteriormente não tenha se invalidado, os documentos passam a ter mais importância para a produção de conhecimento histórico, visto que o Estado se torna responsável pela construção da história nacional. Essa demanda implica no fazer arquivístico, que se volta para a descrição de documentos, para a produção de instrumentos de pesquisa e para as soluções relacionadas à organização e tratamento dos arquivos.

Nessa conjuntura, surge a noção de fundos de arquivo e com ela a formulação do Princípio da Proveniência, “um dos primeiros e talvez um dos principais princípios teóricos da área, um Saber, que quase cinquenta anos depois foi

chancelado pelo Manual dos Holandeses” (Schmidt, 2012, p. 108), marco da apreensão da Arquivologia sob o ponto de vista de área do conhecimento.

Embora o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* de Samuel Muller, Johan Feith e Robert Fruin, membros da Associação dos Arquivistas Holandeses, não se configure como a primeira publicação sobre os arquivos e que os princípios arquivísticos anunciados no manual não eram inéditos, o Manual dos Holandeses é tomado pela maioria dos teóricos da área como o marco referencial da teoria arquivística, posto que reúne e divulga os principais enunciados da área enquanto campo do Saber, além de fornecer elementos que diferenciam a Arquivologia de outras áreas do conhecimento. Sob essa perspectiva, destacamos o primeiro conceito de arquivo para análise dos arquivos pessoais na teoria arquivística:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou **produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários**, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 13, grifo nosso).

Para Muller, Feith e Fruin, arquivo tem a sua natureza limitada aos documentos de caráter oficial recebidos ou produzidos no âmbito de órgãos administrativos. Sendo assim, o primeiro enunciado conceitual dos arquivos não contempla os conjuntos documentais produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física, refletindo as bases nas quais a História dos Arquivos se firmou, os arquivos públicos de valor histórico.

Considerando que o Manual dos Holandeses “estabeleceu a identidade central da área” (Menne-Haritz 1999 apud Schmidt, 2012 p. 115) e que suas ideias foram disseminadas internacionalmente e influenciaram os teóricos que vieram a seguir, esse enunciado tem grande impacto no que diz respeito ao reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto arquivos, compreendido como um todo orgânico. Para os holandeses, os arquivos produzidos por pessoas parecem estar mais próximos das coleções de manuscritos, criadas arbitrariamente (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 18).

Publicado vinte e quatro anos após o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, o *Manual de Administração de Arquivo*, do inglês Hilary Jenkinson, apresenta influência dos holandeses, embora Jenkinson tenha como objetivo ampliar o espectro de pontos de vista sobre os arquivos, a partir dos arquivos de guerra. O teórico faz uma série de contribuições ao desenvolvimento da Arquivologia enquanto campo do conhecimento, especialmente no que tange às características do documento arquivístico. Nesse contexto, Jenkinson considera que

Para que um documento possa ser considerado arquivístico deve ter sido produzido ou utilizado no curso de **transações administrativas ou executivas (seja pública ou privada)** da qual o documento faça parte, e deve ser preservado como fonte de informação pela pessoa ou pessoas

responsáveis pela transação e/ou sucessores (Jenkinson, 1922, p. II, grifo nosso).

A natureza do documento arquivístico para Jenkinson é administrativa ou executiva. Sua diferença para a definição apresentada pelos holandeses consiste em considerar os documentos de natureza privada. Nesse sentido, alguns autores entendem que o teórico abarca uma dimensão pessoal no conceito de arquivo, posto que “em suas várias definições de arquivos Jenkinson ressaltou a preservação por quem os haja criado ‘para sua própria informação’ ou ‘para sua própria referência’” (Schellenberg, 2006, p.38). No entanto, a terminologia utilizada por Jenkinson reflete seu lugar de fala, o Public Record Office, e faz parecer pouco provável que o teórico esteja antecipando o que o italiano Eugênio Casanova apresentou em seu *Manual Arquivística*, publicado em 1928.

Casanova apresenta um extenso manual com forte inclinação teórica. O autor preocupa-se em apresentar uma história dos arquivos e da Arquivologia, além de levantar uma reflexão acerca da terminologia da área. Nesse bojo, Casanova expõe seu conceito de arquivo, que consiste em uma

Acumulação ordenada de documentos criados por uma **instituição ou pessoa** no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa” (Casanova, 1928, p. 19).

Casanova expande a natureza dos arquivos, não limita a produção ao tipo de instituição, inclui em sua concepção os arquivos de natureza pública e privada e os oriundos de pessoas, independentemente de sua carreira, formação ou lugar de produção. Embora também atuasse no serviço público como os teóricos holandeses e o inglês Jenkinson, a ampliação do conceito de arquivo proposta por Casanova condiz com sua discussão terminológica e reconhece o caráter orgânico dos arquivos produzidos por pessoas, cuja preservação estava relacionada à memória da finalidade pela qual os documentos foram criados, fundamental para garantia do vínculo entre o arquivo e seu produtor.

Apesar de ter seu manual publicado oito anos após sua morte, em 1953, no período compreendido pela Arquivologia moderna, o alemão Adolf Brenneke produziu seus escritos durante a Arquivologia Clássica. Ainda que sua concepção de arquivo reflita as correntes teóricas do período em que viveu, sua percepção transpassa muitas teorias atuais. Menne-Haritz outorga ao autor

Uma primeira e efetiva ‘teoria moderna’ para o campo dos arquivos, justificando que coube a ele considerar e explicar o Princípio da Proveniência pelo aspecto funcional – das funções que originam os documentos, independente do caráter físico dos arquivos (2005 apud Schmidt, 2012, p. 124).

Para o alemão, arquivo se configura pelo “conjunto de papéis e documentos que promanam de **atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica** e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado” (apud Schellenberg, 2006, p. 37, grifo nosso). Brenneke contempla os documentos produzidos por pessoa física, embora essa produção seja limitada às atividades legais ou de negócios.

A terminologia utilizada pelo teórico alemão permite apontar a coerência com o desenvolvimento da teoria arquivística na Arquivologia clássica, caracterizada pela enunciação dos primeiros marcos teóricos, pelo delineamento de uma área de conhecimento e pela inauguração da tradição manualística.

Embora o cenário desenhado por Oliveira (2012) acerca dos arquivos pessoais e seu lugar na Arquivologia na França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá indique que esses arquivos passaram a suscitar alguma atenção em meados do século XIX, esse interesse esteve relacionado com uma conexão pujante entre preservação e interesse da história que se refletia na política de aquisição das instituições públicas.

Predominantemente, no período entre a Revolução Francesa e o fim da Segunda Guerra Mundial, as análises e teorias foram concebidas a partir da apreensão do arquivo enquanto conjunto de documentos criados em função de um objetivo num contexto institucional, cuja manutenção se relacionava com o interesse histórico.

Localiza-se, nesse período, alguns dos fatores apontados por Yeo (2008, p. 124) para o lugar ocupado pelos arquivos pessoais na teoria arquivística: a força dos arquivos públicos na construção das bases da Arquivologia enquanto campo do conhecimento e a predominância dos arquivos institucionais nas discussões metodológicas em função do lugar de fala dos teóricos, que deixaram os arquivos pessoais a cargo de outras categorias profissionais.

Schellenberg e o conceito de arquivo na arquivologia moderna

A Arquivologia moderna, segundo Schmidt (2012, p. 104), compreende o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento do documento digital. O contexto mundial encontrava-se em reorganização e o desenvolvimento administrativo, burocrático e tecnológico trouxeram uma nova realidade para o campo dos arquivos, a produção de documentos de natureza administrativa em grande escala. Nesse cenário, surge a perspectiva de gestão de documentos, a ampliação do uso dos arquivos, a teoria do ciclo vital e das três idades.

Os arquivos modernos que caracterizam o período podem ser apreendidos como arquivo administrativo. Os Estados Unidos inauguram um novo ponto de vista para os arquivos que se contrapõe ao caráter cultural e histórico propagado na

Arquivologia clássica, o do “arquivo como um serviço administrativo” (Schmidt, 2012, p. 152). Nesse contexto está inserido o estadunidense T. R. Schellenberg, que se tornou representante das teorias oriundas do período.

Sua obra *Arquivos modernos: princípios e técnicas* foi publicada em 1956 e não recebe a denominação de manual, mas seu objetivo prescritivo cumpre a função desse tipo de publicação no que tange ao tratamento dos documentos recém-criados pela administração pública. O autor amplia o escopo teórico do campo dos arquivos especialmente no que diz respeito aos estudos da função arquivística de Avaliação e a identificação dos valores primário e secundário.

Para o teórico, arquivo é o conjunto de documentos

Expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (Schellenberg, 2006, p. 41, grifo nosso).

Schellenberg deixa margem para que os conjuntos documentais produzidos por pessoas sejam compreendidos como arquivos, posto que considera que qualquer entidade pública ou privada pode produzir arquivos. No entanto, o autor condiciona a produção de arquivos ao exercício de encargos legais ou de atividades. Nesse segmento, para que os arquivos pessoais tenham seu caráter orgânico reconhecido, precisam estar obrigatoriamente ancorados em uma atividade.

Na Arquivologia moderna, as teorias e análises desenvolveram-se para dar conta de um problema de ordem prática, a proliferação de registros de natureza oficial provocada pelo desenvolvimento tecnológico e pelas mudanças administrativas. Nessa paisagem, identifica-se mais um fator apresentado por Yeo (2008, p. 124) para o lugar à margem da teoria arquivística ocupado pelos arquivos produzidos por pessoas, qual seja a importância adquirida pela gestão de documentos.

Os arquivos pessoais na Arquivologia contemporânea

A Arquivologia contemporânea se inaugura com o advento do documento digital na década de 1980 e alcança os dias atuais. A introdução da informática na produção de documentos vai provocar uma crise no campo dos arquivos, uma vez que os arquivistas imaginavam não dispor de teoria e metodologia para dar conta da nova demanda. O desenvolvimento tecnológico, para além dos arquivos, culmina em um momento de mudança nas relações sociais, pessoais, econômicas e culturais.

A “desmaterialização” dos documentos desencadeia muitas reflexões na Arquivologia e o período caracteriza-se pela revisitação de seu estatuto científico, particularmente no que tange a reconstituição do contexto de produção e o controle dos documentos. Sem adentrar numa análise profunda, ressoa no discurso arquivístico o tema ruptura de paradigmas, do qual alguns teóricos acreditam que tenha surgido uma Arquivologia pós-custodial. Mas como afirma Duranti,

algumas observações feitas a partir da nova realidade colocaram em crise alguns pressupostos básicos concernentes aos arquivos e arquivistas. Entretanto, rejeitar todos esses pressupostos nos levaria ao vazio. (...) o conhecimento tradicional pode ser transformado pela interação com novas observações, e suas aparentes contradições podem ser reconciliadas (1994 apud Schmidt, 2012, p. 187).

A necessidade das instituições de encontrar soluções para a garantia de autenticidade e para a preservação dos documentos digitais assume o protagonismo na Arquivologia contemporânea e constitui o último fator ao qual Yeo (2008) atribui a posição dos arquivos pessoais no discurso e na prática arquivística.

No entanto, Theo Thomassen (2012, p. 17-18) acredita que a contemporaneidade se identifica pela difusão das fronteiras entre o público e o privado, entre o institucional e o pessoal, posto que as tecnologias de informação individualizam a produção de documentos e potencializam a auto documentação. O autor acredita no deslocamento de uma abordagem centrada no Estado para uma abordagem centrada nas pessoas e nesse sentido o foco se deslocaria dos arquivos públicos para o arquivamento privado.

Em um primeiro momento o discurso de Yeo (2008) parece se chocar com a realidade delineada por Thomassen (2012). No entanto, Rondinelli (2005, p. 18) expõe que o histórico das relações entre Arquivologia e Informática se caracteriza pelo trinômio impacto/assimilação/intervenção. Portanto, o destaque para os documentos digitais produzidos num contexto institucional, após assimilação, desloca-se na direção da colocação de Thomassen (2012).

Nesse sentido, Terry Cook (1998) alertaria, ao justificar seus argumentos acerca dos arquivos pessoais e arquivos institucionais para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno, que vislumbrava o tipo de futuro que os arquivistas logo estariam enfrentando em todas as partes do mundo. Visto que, “interdisciplinares por excelência” (Bellotto, 2014, p. 108), os arquivos pessoais passam a conjugar na Arquivologia contemporânea o hibridismo de sinais e símbolos com um hibridismo tecnológico.

As questões apontadas colocam os arquivos produzidos por pessoas em um novo lugar na teoria e na prática arquivística, em direção ao reconhecimento, defendido por Camargo (2008), do caráter orgânico e instrumental inerente a qualquer arquivo nos arquivos pessoais.

A partir disso, abre-se caminho para discussões acerca dos princípios tradicionais arquivísticos no âmbito desses arquivos a fim de responder à demanda que se impõe na Arquivologia contemporânea, já que “declarações lamentando a escassez de publicações sobre arquivos pessoais não são mais verdadeiras: um corpo rico de literatura está sendo desenvolvido para examinar este campo emergente de pesquisa” (Carter; Fisher; Harris; Hobbs, 2013, p. 2).

Identificada a proveniência, o produtor do arquivo, no caso dos arquivos pessoais, e a relação entre os documentos desse conjunto, não parece existir caminho mais apropriado que pela teoria arquivística para que seu contexto não seja perdido, bem como seu caráter probatório, no sentido de evidência das atividades, interesses e relações do titular.

De posse dessa abordagem, os profissionais de arquivo se encontram munidos de recursos para lidar, por exemplo, com a representação, por meio do arranjo e da descrição, das múltiplas funções que caracterizam as pessoas na contemporaneidade, tendo em vista que a tecnologia dota o produtor de arquivos de diversas possibilidades de atuação, em vários espaços.

As soluções encontradas pela teoria e prática arquivística para lidar com as questões colocadas pelos documentos digitais no âmbito institucional, podem contribuir para as questões que se colocam sobre ordem original e autenticidade nos arquivos pessoais, da mesma maneira que os estudos de tipologia documental podem auxiliar na identificação dos arquivos pessoais. Desse modo, a efervescência que marca a Arquivologia contemporânea na busca por respostas impulsiona uma ampliação do seu escopo teórico, no qual há espaço para os arquivos produzidos por pessoas.

Considerações finais

A História dos Arquivos denuncia as bases nas quais a teoria arquivística irá se erguer. Entendia-se por arquivo o lugar no qual os documentos de natureza pública eram preservados em função da capacidade de atestarem direitos. A custódia dos documentos nesses arquivos assegurava a confiabilidade como testemunho de ações. Nessa conjuntura, os documentos também serviam de evidência histórica para uso de intelectuais.

A Revolução Francesa inaugura a Arquivologia clássica enquanto significa uma referência na trajetória do campo dos arquivos. Com as transformações em todas as esferas sociais, os documentos passam a ter outra função no contexto de construção de histórias nacionais, embora as funções estabelecidas anteriormente tenham sido mantidas. A centralização dos arquivos vai culminar no delineamento de uma área do conhecimento por meio da enunciação de um dos principais marcos teóricos do campo dos arquivos, o Princípio da Proveniência. Assim, a organização

deixa de ter temática ou intuitiva e passa a ser realizada com base no contexto de produção dos documentos.

Nesse período publicou-se diversos manuais especializados, que analisados oferecem um panorama do desenvolvimento do Fazer e do Saber arquivístico, posto que carregam uma dimensão discursiva, portanto, conceitual e outra prescritiva, portanto, empírica.

Investigar o conceito de arquivo no Manual dos Holandeses, em Jenkinson, Casanova e Brenneke, permite acessar que tipo de arquivo o período clássico da Arquivologia preconiza. A terminologia empregada pelos teóricos, de maneira geral, permite perceber a noção de conjunto de natureza oficial produzido em função de um objetivo, quer seja uma transação, atividade ou negócio. Essa concepção reflete a vivência desses teóricos em arquivos históricos de caráter público. Salvo a exceção de Casanova, os arquivos pessoais não são contemplados como arquivo nesse período importante para o desenvolvimento da teoria arquivística.

A Arquivologia moderna é marcada pela perspectiva da gestão de documentos, devido à nova realidade que se impõe aos arquivos com os documentos administrativos, produzidos em grande quantidade após a Segunda Guerra Mundial. Amplia-se o uso dos documentos e emergem marcos teóricos importantes. O inglês Schellenberg é o principal teórico dos chamados arquivos modernos e espelha a concepção de arquivo dos teóricos que precederam a publicação de sua obra *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Sua visão compreende os arquivos pessoais, mas com uma terminologia pontuada pelo contexto institucional. O período se caracterizou pela preocupação central com a gestão de documentos.

Com o advento do documento digital funda-se o período compreendido pela Arquivologia contemporânea, assinalado pela ebulição de reflexões provocadas pela “desmaterialização” dos documentos trazida pelo desenvolvimento tecnológico. A assimilação dessas questões no âmbito das instituições assume o protagonismo na teoria e na prática arquivística. Entretanto, o panorama se altera com a extrapolação das tecnologias de comunicação e informação do âmbito institucional. A diminuição das fronteiras entre o público e o privado, entre o institucional e pessoal, provocada pelo aumento do potencial de auto documentação vai lançar alguma luz sobre os arquivos produzidos por pessoas, especialmente no tocante ao oferecimento de subsídios para o reconhecimento de seus atributos arquivísticos.

A análise do conceito de arquivo ao longo da constituição da Arquivologia enquanto campo do Saber permite validar a hipótese de que o lugar ocupado pelos arquivos pessoais no processo de constituição da teoria arquivística configura a razão para a dificuldade do reconhecimento da organicidade desses conjuntos documentais, responsável pela separação histórica, apontada por Cook (1998, p. 130), entre os papéis pessoais de indivíduos particulares, recolhidos às bibliotecas, universidades, museus e institutos de pesquisa e os documentos oficiais, recolhidos aos arquivos nacionais, estaduais e municipais.

As pessoas, apesar de poderem contemplar em seus arquivos documentos de caráter oficial, como declarações e certidões, não possuem, necessariamente, compromisso formal na produção de documentos, o que reveste esses conjuntos com uma aura de especificidade. No entanto, essa ausência de convenção não significa que os arquivos produzidos por pessoas não são capazes de representar “funções, processos, incidentes, eventos e atividades” (Yeo, 2007 apud Camargo, 2009, p. 28). Nesse aspecto, os arquivos pessoais devem se sustentar pelas razões que lhe deram origem. Qualquer abordagem que transgrida o Princípio da Proveniência e a relação orgânica existente entre os documentos comprometerá a qualidade mais cara dos arquivos, seu valor probatório.

Referências

- BELLOTTI, H. L. *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional*. Debate com Terry Cook. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 107-114.
- CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, julho-dezembro de 2009, p. 26-39.
- CARTER, R. G. S.; FISHER, R.; HARIS, C.; HOBBS, C. From the Guest Editors: Perspectives on Personal Archives. *Archivaria*, Ottawa, n.76, p.1-24, 2013.
- CASANOVA, E. *Archivistica*. Siena: Lazzeri, 2. ed., 1928.
- COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149. 1998.
- DURANTI, L. *Ciencia Archivistica*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba (Argentina), 1995.
- EASTWOOD, T. O que é teoria arquivística e porque ela é importante? *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12. N.2, jul./dez, 2013, p. 15-27.
- JENKINSON, H. *A manual of archive administration*. A reissue of the second edition. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1966.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1992, p. 89-104.
- MINAYO, M.C.S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro. jul./set.1993. p. 239-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>3 HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf"3 HYPERLINK "http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf"02.pdf. Acesso em 23 jan. 2016.
- MULLER, S.; FEITH, J.A.; FRUIN, R. *Manual de arranjo e descrição*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

OLIVEIRA, L. M. V. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

POSNER, E. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 273-284, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/531/529>. Acesso em: 23 jan. 2016.

RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHMIDT, C. M. S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. São Paulo: Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2012.

THOMASSEN, T. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 2012.

YEO, G. Concepts of Record (2): Prototypes and Boundary Objects. *The American Archivist*, Chicago, Vol. 71, p. 118-143, Spring/Summer 2008.

Análise diplomática da autenticidade de documentos de arquivo pessoal

Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves

Maria Amélia Teixeira da Silva

O olhar sobre os documentos produzidos em diferentes épocas e contextos sempre motivou pesquisas e discussões nos diversos campos do saber humano. Na atualidade, dada à relevância que os documentos possuem para a sociedade, novos estudos surgem diante da complexidade da temática, principalmente em razão da produção, uso, acesso, reprodução e preservação dos mesmos, sejam de interesse público ou privado.

Assim, ressaltamos a necessidade da guarda dos documentos no aspecto comprobatório, para uso em decorrência de fatos futuros que possam ser atestados por pessoas ou organizações. Neste sentido, emerge a autenticidade, que no nosso entendimento vem a ser a essência da Diplomática e que em caso da ausência desta, o documento perde o seu aspecto legal.

Diante do exposto, objetivamos analisar no contexto da Diplomática a autenticidade dos documentos de um arquivo pessoal no sentido de aprofundar os conhecimentos teóricos direcionando-os para a atividade prática.

Diplomática: reflexão histórica e conceituação

Ao propormos um estudo voltado para a área da Diplomática, faz-se necessário discutir ainda que de forma sucinta, as questões que envolvem o surgimento deste importante campo científico. Desta maneira, o nascimento da Diplomática remete ao século XVII, conforme expõem Duranti e MacNeil (1996):

Diplomática é um corpo de conceitos e métodos, originalmente desenvolvidos nos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de provar a fidedignidade e a autenticidade dos documentos. Ao longo do tempo ela evoluiu para um sistema sofisticado de ideias sobre a natureza dos

documentos, sua origem e composição, suas relações com as ações e pessoas a eles conectados e com o seu contexto organizacional, social e legal. (Duranti; Macneil, 1996, p. 47).

A palavra diplomática deriva do Latim diploma, originalmente um escrito dobrado em dois, diplous (duplo). Diplomática é, portanto, etimologicamente, “a ciência dos diplomas” conforme citam Berwanger e Leal (2012, p. 25). Vale salientar que o termo é empregado primeiramente por Mabillon para designar a ciência que estuda os diplomas, isto é, no sentido moderno, o conjunto de documentos de arquivo que possam construir fontes históricas: cartas, atos, tratados, contratos, registros judiciais e outros particularmente, a Idade Média (Berwanger; Leal, 2012, p. 25).

Dicionários e outras obras especializadas no assunto registraram vários conceitos de Diplomática, entre os quais o de Jesus Muñoz y Rivero: “ciência que julga a autenticidade e falsidade dos documentos antigos por meio do estudo de seus caracteres” (Berwanger; Leal, 2012, p. 25).

No que concerne à relação da Diplomática com a Arquivologia, Rondinelli (2005, p. 46) explica que “a evolução da diplomática teria propiciado as condições para que dela emergisse, no século XIX, uma outra área do conhecimento, ou seja, a arquivologia [...]”. A ligação entre as referidas áreas do conhecimento pode ser melhor compreendida na seguinte afirmação:

É a disciplina que estuda a gênese, forma e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos representados nele e com seu autor como fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza. (Leal apud Berwanger; Leal, 2012, p. 25).

Pelo exposto na fala dos autores, os documentos arquivísticos são a base dos estudos desenvolvidos no campo da Diplomática. Desta forma, fica explícita a aproximação e por que não dizer da dependência da Diplomática no tocante a Arquivologia, ou seja, sem os documentos arquivísticos a primeira disciplina existiria? Acreditamos que não e que apesar de ter surgido primeiro, a Diplomática figura como um campo auxiliar a Arquivologia, e que apesar das transformações pelas quais passaram os documentos, leia-se o avanço tecnológico, a análise diplomática se renova e segue se adaptado a realidade atual.

A autenticidade dos documentos segundo a diplomática

A autenticidade de um documento representa a essência, a comprovação que atesta a existência do ato que o criou. Logo, devemos compreender que:

A autenticidade de um documento está diretamente ligada ao modo, à forma e ao status de transmissão desse documento, bem como às condições de sua preservação e custódia. Isso quer dizer que o conceito de autenticidade refere-se à adoção de métodos que garantam que o documento não foi adulterado **após a sua criação** e que, portanto, continua sendo tão fidedigno quanto era no momento em que foi criado. (Rondinelli, 2005, p. 66).

Sobre o significado de autenticidade, apresentamos dois, sendo um adotado pela área do direito. Vejamos o quadro I.

Termo	Significado
Autenticidade	Credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção. (Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq, 2009, p.5).
	Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema. (Art. 4º, da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Quadro I – Conceitos para o termo autenticidade

Fonte: elaborado pelos autores

Diante das duas conceituações analisadas, percebemos que na primeira conceituação fica explícito que o documento é livre de ‘adulteração’, enquanto que na segunda conceituação aborda-se a questão da modificação. Acreditamos que a palavra ‘modificada’ presente na Lei nº 12.527/2011, deve ser considerada no sentido de reprodução ou armazenamento de documentos no aspecto tecnológico, leia-se digitalização ou mais especificamente, no sentido da microfilmagem que possui valor legal. Se não for neste sentido, a autenticidade estará comprometida, uma vez que houve modificação nos elementos e/ ou na estrutura do documento.

A relevância da autenticidade para a Diplomática está presente no seu objeto, como bem explica Bellotto (2002, p. 19) ao dizer que “assim, o objeto da Diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade [...]”. Esta preocupação com a autenticidade não reside, evidentemente, no passado, mas evolui com os novos tipos de documentos os quais nos deparamos nos dias atuais. Vale destacar que os aspectos relacionados com a preservação e autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Luciana Duranti, que propôs uma revitalização dos estudos sobre a diplomática e a necessidade de aplicação de seus fundamentos aos documentos eletrônicos. (Araújo, 2014, P. 74).

Neste sentido, questionamos: de que forma deveremos proceder com a verificação da autenticidade dos documentos arquivísticos? No nosso entendimento,

a referida verificação recai sobre a parte final da decomposição pela qual a análise diplomática faz no documento. Observemos, então, o quadro 2, elaborado a partir das contribuições de Berwanger e Leal (2012, p. 30).

Parte	Compreensão do que se analisa
Protocolo Inicial	Este elemento pode ou deve ter quatro subdivisões: - Invocação divina, às vezes, em forma abreviada (“em nome da Santíssima Trindade...”, “<i>In Dei nomine...</i>”); - Titulação, compreendendo o nome e título do autor; - Direção, destinatário, que pode ser individual ou coletivo; Saudação breve, nem sempre, muitas vezes, regida de forma abreviada (“Vos envio muita saúde”; “S” = Saúde).
Texto	É o corpo, a alma do documento. Constitui-se das seguintes partes: - Preâmbulo: tido como um ornamento, de aspecto literário, para chamar a atenção sobre a utilidade do documento, também denominado “arenga” (conversa fiada); - Notificação: dá conhecimento a uma ou várias pessoas; - Exposição ou <i>narratio</i>: mostra as causas que tornaram necessário o ato; - Dispositivo: parte mais importante, essência do documento, expressa a vontade do autor; - Sanção: cláusulas finais expressando uma punição, explicitando a pena em que se vai incorrer (espiritual ou penal, uma maldição); - Corroboração: expressa o empenho de bens em garantia. Também pode ter o sentido de renúncia a determinadas coisas ou de corroboração, quando a pessoa que recebe o documento é obrigada a divulgá-los.
Protocolo Final ou Escatocolo	É a parte final do documento. Divide-se em: - Subscrição ou assinatura – do autor; - Datação: consiste na localização do documento no tempo e espaço (dia, mês, ano, era, às vezes, hora, cidade, vila, tec.). A datação consiste nas datas tópica e cronológica. - Precação: constituída por dois elementos: - assinatura de testemunhas ou a quem foi delegada a execução do ato; - sinais de validação: selo e carimbos.

Quadro 2 – Partes da análise do documento diplomático

Fonte: Elaborado pelos autores

É no Protocolo Final ou Escatocolo que acreditamos que a verificação da autenticidade pode ser atestada, uma vez que apresentam a subscrição ou assinatura do autor que atesta o ato ou fato ocorrido, as datas tópicas e cronológicas que identificam o tempo e o lugar onde foi produzido o documento e por fim, a precação que oferece os sinais de validação como no caso dos selos e carimbos. Desta maneira, fica mais fácil proceder com a autenticidade dos documentos quando recorremos a estes elementos diplomáticos.

Procedimentos metodológicos

O presente estudo após discorrer sobre a literatura da área arquivística, mais especificamente, sobre as questões relevantes da Diplomática, revela outros aspectos relacionados aos procedimentos que caracteriza tal pesquisa. Portanto, no que concerne ao tipo, este trabalho se insere no campo da pesquisa descritiva, sendo importante destacar que “nesse tipo de pesquisa, não há a interferência do pesquisador” conforme explicam Barros e Lehfeld (2007, p. 84). Salientamos que estes mesmos autores enfatizam que na abordagem descritiva se situa a pesquisa documental, indispensável para a aplicação da análise da autenticidade dos documentos arquivísticos com base nos pressupostos pela Diplomática.

No tocante a coleta de dados, a observação foi o instrumento mais adequado que possibilitou uma análise adequada dos documentos, o que direciona o nosso estudo no sentido de uma abordagem qualitativa. Ressaltamos, então, que os documentos analisados foram: certidão, certificado e declaração, que fazem parte de um arquivo pessoal. Diante disso, compreendemos o valor e a maneira adequada de analisar cada um destes documentos, de acordo com o exposto no quadro 3.

Tipo de documento	Compreensão e decomposição
Certidão	Documento diplomático, testemunhal comprobatório, notarial. Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transfere algo já registrado em documento de assentamento, elaborado este segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas. A certidão pode ainda ser retirada de um processo, livro ou documento existente em repartição pública e passada, senão por notário, por funcionário autorizado. Protocolo inicial: ‘Certifico que [...]’ ou ‘A pedido de [...] certifico que [...]’ ou o nome e titulação de quem certifica. Referência ao original do qual se extrai a certidão. Texto: cópia do documento original, inclusive datas. Protocolo final: datas tópica e cronológica da certidão. Assinatura, nome e titulação de quem certifica.
Certificado	Documento diplomático testemunhal comprobatório, descendente, notarial ou não. Declaração que garante a veracidade de um fato, de um estado de coisas, ou o bom estado ou funcionamento de um objeto/ equipamento. Assemelha-se ao atestado que, entretanto, é mais elaborado em relação a pessoas. Protocolo inicial: timbre do emissor. Título: certificado de garantia [...] (ou outro). Texto: o objeto ou a situação garantida. Protocolo final: datas tópica e cronológica. Assinaturas, nome e titulação das pessoas ou entidades responsáveis.
Declaração	Documento diplomático ou não, segundo sua solenidade, enunciativo, descendente. Manifestação de opinião, conceito, resolução ou observação passada por pessoa física ou por um colegiado. Protocolo inicial: a palavra declaração. Nome e titulação, identidade e endereço do declarante. Texto: o assunto que se declara. Protocolo final: datas tópica e cronológica.

Quadro 3 – Compreensão e decomposição dos documentos arquivístico no contexto da Diplomática

Fonte: adaptado de Bellotto (2008, p.44-48)

Portanto, os documentos identificados no quadro 3 foram submetidos a análise dos elementos que integram o Protocolo Final ou Escatocolo que foram discutidos na seção anterior.

Análise e discussão

O primeiro documento que analisamos foi uma certidão digital emitida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conforme figura 1.

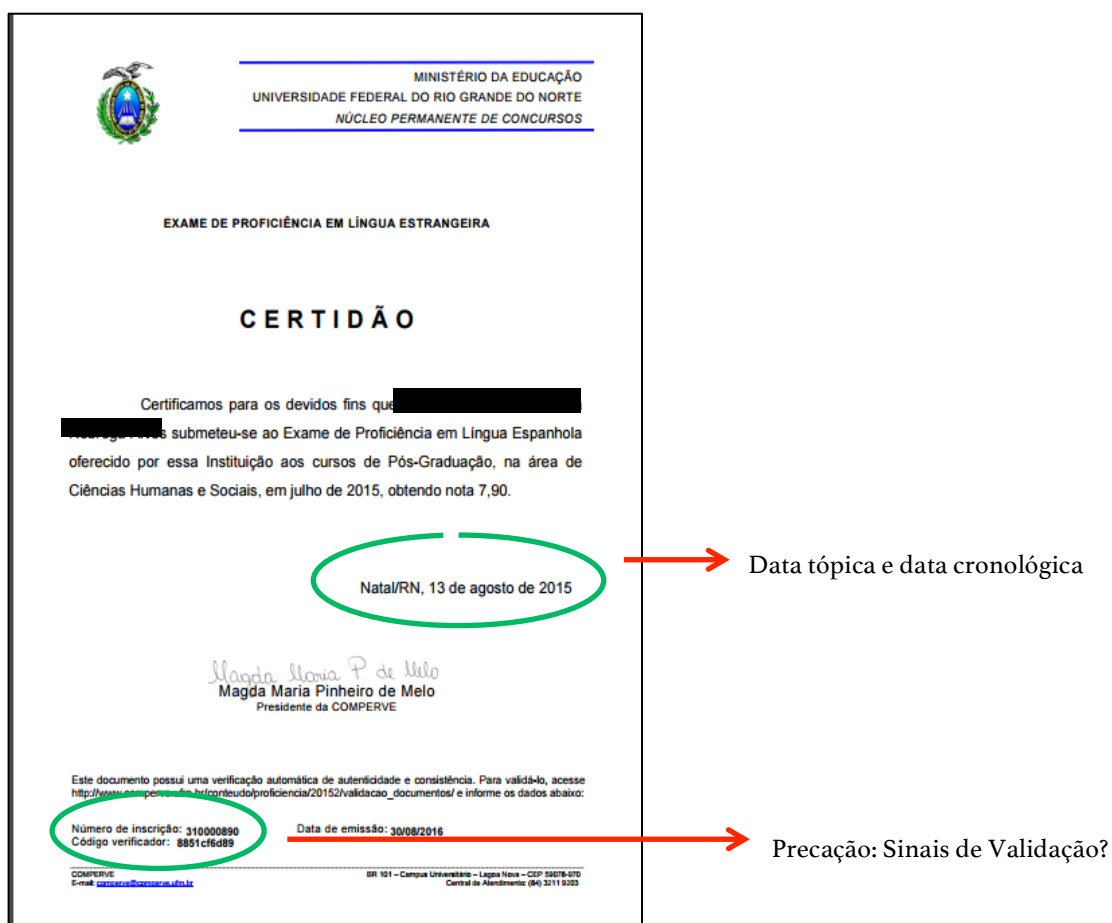


Figura 1 – Certidão em suporte digital

Fonte: Desenvolvimento nosso.

Na figura 1, observamos a presença das datas tópicas e cronológicas que são elementos que integram o Protocolo Final ou Escatocolo. No caso da Precação,

percebe-se por ser um documento digital a ausência de selos ou carimbos, mas por outro lado, consideramos, neste caso, que a presença do código verificador funciona como elemento primordial para atestar a autenticidade, sendo, portanto, de igual valor aos selos e carimbos presentes nos documentos físicos.

A análise posterior recaiu sobre um documento físico, neste caso um certificado, visualizado na figura 2.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

E E E F MÉDIO MONS MANUEL VIEIRA
NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

PRAÇA EDIVALDO FERNANDES MOTA S/N CENTRO
ENDEREÇO COMPLETO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
NOME DA ENTIDADE MANTEDORA

RESOLUÇÃO Nº 145/97 - CEE
DECRETO DE CRIAÇÃO E RESOLUÇÃO DO CEE QUE AUTORIZOU OU RECONHECEU O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
Mons. Manuel Vieira - Patos - PB.
Lei Nº 6.852 de 10-05-95 - Res. 340/2001 - CEE

CERTIFICADO

O DIRETOR ESCOLAR DA E E E F MÉDIO MONS MANUEL VIEIRA

CONFERE A _____

NATURAL DE JOÃO PESSOA U.F. PARAÍBA

NASCIU(A) EM _____, O PRESENTE CERTIFICADO POR

HAVER SIDO APROVADO(A) NO ENSINO MÉDIO

EM 30 DE DEZEMBRO DE 1998

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL INCISO VII DO ARTIGO 24 DA LEI 9.394/96

PATOS = PARAÍBA 27 / 04 / 2006
DATA

Francisco de Assis Andrade
Sub-Secretário - Aut. ITE Nº 2433

CARIMBO E ASSINATURA DO DIRETOR ESCOLAR - Nº DO REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO
Verônica Firmão Campos

INSPECTORIA TÉCNICA DE ENSINO
ISENTO DO VISTO DE INSPEÇÃO TÉCNICA
DE ACORDO COM O ART. 24, INCISO V, DA
LEI Nº 9.394/96 - LDB e PARECER Nº 034/07
DO CNE
PATOS-PB 26/08/2011
Funcionário Responsável:
Grupo de Registro e Vist. Escolar

Sinais de validação: presença tanto de selo como de carimbo.

Data tópica e data cronológica

Assinaturas e sinais de validação (carimbos)

Figura 2 – Certificado em suporte físico

Fonte: Desenvolvimento nosso

Pelo exposto na figura 2, constatamos a presença dos sinais de validação, selo e carimbos, assim como as assinaturas que conferem aos documentos a legitimidade, portanto, elementos essenciais para conferir e comprovar a autenticidade. Agora passamos a analisar o documento também identificado como certificado, porém, agora originado em meio digital. Vejamos a figura 3.



Figura 3 – Certificado gerado em meio digital

Fonte: Desenvolvimento nosso

Por se tratar de um documento digital, o certificado apresentado na figura 3, apesar de ter assinatura, carece de outros elementos que possam inferir a autenticidade do mesmo. Essa constatação ocorre com documentos que atestam a frequência dos cidadãos em eventos e cursos diversos existentes em nosso país, o que consideramos problemática para a área da Diplomática no tocante a conferir a autenticidade do documento criado neste meio.

Prosseguimos com a análise de dois documentos, neste caso, uma declaração no suporte físico e outra digital.

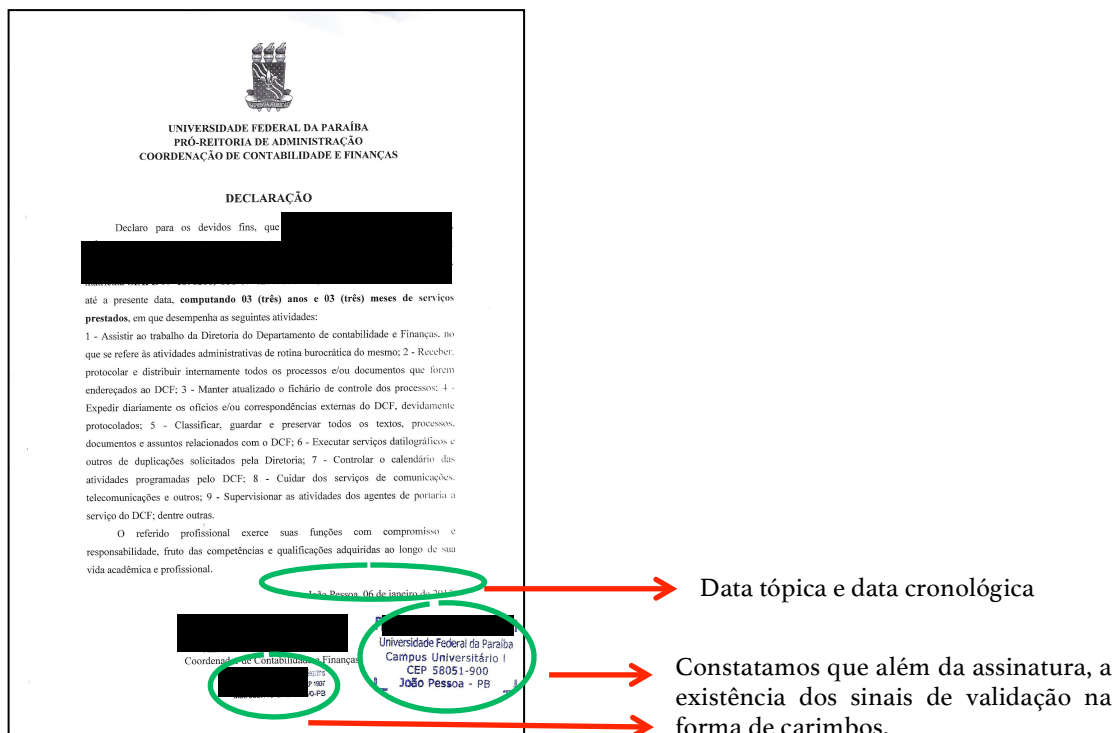


Figura 4 – Declaração no suporte físico

Fonte: Desenvolvimento nosso

No documento a autenticidade pode ser constatada por meio os sinais de validação presentes que são a assinatura com carimbo da pessoa que autoriza o ato, assim como pelo carimbo da instituição. Na parte superior da declaração existe o brasão da instituição, que se consideramos o mesmo como um selo, os sinais de validação estarão completos conforme estudados anteriormente na precação. No caso do próximo documento analisado, agora uma declaração digital, mais uma vez percebemos a ausência do código que verifica a autenticidade do documento.

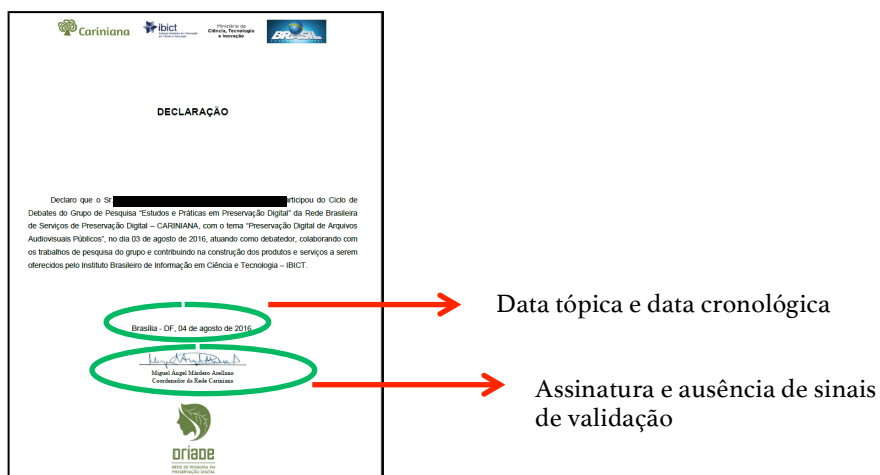


Figura 5 – Declaração digital

Fonte: Desenvolvimento nosso

A presença da assinatura no documento possui relevância, porém, a falta do código de validação pode vir a comprometer a autenticidade deste documento, uma vez que gerado em meio digital, torna-se mais difícil atestar a sua legalidade. O código facilita o trabalho da verificação da autenticidade, sendo preciso apenas que acessássemos um *site* para averiguar as informações descritas no documento e constatar a sua procedência e legalidade, sem que tivéssemos que recorrer a outros meios.

Considerações finais

Sob a perspectiva da autenticidade documental, buscou-se com a pesquisa desenvolvida, demonstrar a identificação de elementos diplomáticos nos documentos apresentados. A partir de então, pôde-se inferir que os documentos sejam em formato impresso ou digital, carecem da utilização por seus produtores, de elementos considerados essenciais para lhes conferir autenticidade.

Percebe-se assim, que os produtores de documentos, devem estar mais atentos para a correta utilização de elementos diplomáticos, sobretudo na perspectiva da autenticidade documental, haja vista a importância de tornar o documento autêntico, confiável e válido.

Com a análise, observou-se que as dificuldades inerentes aos elementos que conferem autenticidade aos documentos em formato impresso, também são inerentes aos documentos digitais, mesmo que com outra configuração. Nos documentos em formato impresso, os selos carimbos e assinaturas são elementos capazes de garantir autenticidade a estes, já nos documentos em formato digital, o código de validação inserido no documento pode ser considerado um elemento fundamental para

garantir sua autenticidade, visto que ao acessar o endereço eletrônico em que o documento foi produzido e inserir o código de validação, torna-se possível ter acesso ao mesmo da forma exata como foi produzido.

Muitas são as dificuldades a serem superadas, sobretudo no que concerne a aceitação de alguns órgãos da nova configuração de autenticidade documental existente, seja dos documentos digitais. Para alguns, apenas um documento impresso, contendo assinatura e carimbo nos moldes tradicionais, pode ser considerado válido e autêntico. Nesse sentido, consideram que um documento digital, contendo um código de validação para garantir a autenticidade ou até mesmo uma assinatura eletrônica, não são elementos capazes de conferir-lhes autenticidade.

Nessa perspectiva, vale considerar que tanto os produtores dos documentos deverão fazer uso de elementos diplomáticos que confirmem autenticidade a estes, quanto à sociedade deverá buscar conhecer e considerar os elementos que conferem autenticidade aos documentos digitais.

Espera-se que a pesquisa desenvolvida possa contribuir com a realização de novos estudos acerca da temática abordada, haja a vista sua importância e relevância social, sobretudo no que concerne aos aspectos legais no âmbito documental.

Referências

ARAÚJO, C. A. A. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação*. Brasília; São Paulo: Briquet de Lemos; Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. *Glossário da câmara técnica de documentos eletrônicos do CONARQ*. Versão 5.0. 2009. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctde/Glossario/2009glossario_v5.0_final.pdf. Acesso em: 23 ago. 2016.

BARROS, A. J. S.; LEFELD, N. A. S. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BELLOTTO, H. L. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de paleografia e de diplomática*. 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 20 ago. 2016.

DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, Ottawa, Fall 1996.

RONDINELLI, R. C. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

O acervo documental de estudos e projetos de Nelson Gandur Dacach da Escola Politécnica da UFBA: uma proposta de intervenção¹

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Vivien Luciane Viaro

A Universidade da Bahia, fundada em 1946, incorporou ao longo da gestão do Reitor Edgard Santos, novas escolas dentre as quais estão a Escola Politécnica, de Teatro, de Belas Artes, dentre outras. Em 1965, a Universidade da Bahia foi federalizada, passando a ser chamada Universidade Federal da Bahia (Barbosa, 2011).

A Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, por sua vez, foi fundada em 12 de julho de 1896, como Instituto Politécnico da Bahia. A então Escola Politécnica da Bahia foi inaugurada em 14 de março de 1897. A Escola passou pela administração estadual, de acordo com o decreto-lei nº 11.472, no período de 1940 a 1944. Em 1946, o decreto nº 9.737, de 24 de janeiro de 1946, federaliza a Escola Politécnica da Bahia. O decreto-lei nº 9.155, de 08 de abril de 1946, incorpora a unidade de ensino à Universidade da Bahia (Costa, 2003, p. 26).

Ao longo de sua história, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) acumulou um acervo documental que delineia uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação da unidade de ensino e, portanto, de considerável relevância histórica para a sociedade baiana e brasileira em geral, bem como para a comunidade acadêmica, científica e profissional (Costa, 2003).

No que tange ao tratamento documental, o trabalho de resgate da sua memória tem contemplado espécies documentais como atas da congregação, cadernetas escolares, correspondências, relatórios, dentre outros. Esta comunicação, em particular, visa apresentar uma proposta de intervenção arquivística e técnica junto ao acervo pessoal de Nelson Gandur Dacach, ex-docente da EPUFBA. O objetivo principal é o de identificar a sua atuação e os impactos para a Engenharia Sanitária e Ambiental baiana e brasileira, durante a sua vida acadêmica e atual. A

¹ As reflexões nesta comunicação decorrem de um projeto de pesquisa em andamento, inserido no Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (PROUFBA), contemplado em dezembro de 2015, no edital PROUFBA/2014, lançado pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI/UFBA).

pesquisa tem como objetivos específicos: a) Mapear o acervo documental de projetos e estudos produzidos pelo docente Nelson Gandur Dacach; b) Higienizar a documentação identificada do ex-docente; c) Elaborar guia e inventário do acervo documental de estudos e projetos identificados; d) Levantar a atuação e as contribuições de Nelson Gandur Dacach na Escola Politécnica e na Engenharia Sanitária e Ambiental; e) Verificar o contexto dos projetos de engenharia realizados pelo ex-docente e a situação atual dos mesmos no Estado da Bahia e outras localidades; f) Avaliar os projetos frente às novas tecnologias, legislações e padrões de engenharia para identificar prováveis adaptações ou melhorias.

Esta proposta teve origem na doação da documentação pessoal de estudos e projetos do professor Nelson Gandur Dacach, feita por sua filha Denise Benjamin Dacach Ulrix, em 03 de novembro de 2015. A partir desse ato, propõe-se a identificação e organização deste conjunto documental. A parceria entre o Memorial Arlindo Coelho Fragoso e o Departamento de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica (DEA) viabilizou a redação desta proposta, com vistas ao retorno para a comunidade acadêmica, profissional e sociedade em geral.

E por se constituírem em um conjunto de documentos imprescindíveis para remontar a trajetória deste docente, bem como da unidade de ensino, o acervo documental deste ex- docente necessita ser identificado e receber tratamento técnico específico para que ocorra a preservação e difusão do conhecimento produzido por ele.

Para tanto, este artigo encontra-se dividido em mais três seções: Procedimentos metodológicos; Acervo documental de Nelson Gandur Dacach: uma análise preliminar e Considerações Finais.

Procedimentos metodológicos

Esta proposta de identificação do acervo pessoal do professor Nelson Gandur Dacach² atrela-se ao processo de resgate dos 119 anos de memória da Escola Politécnica. A doação de 3 (três) armários contendo 140 pastas com a documentação dos estudos e projetos do ex-docente foi realizada ao Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, unidade de ensino na qual Nelson Dacach lecionou. As contribuições deste docente para o contexto da Engenharia Sanitária e Ambiental baiana e brasileira, bem como para o ensino e pesquisa nesta área do conhecimento, serão evidenciadas nesta pesquisa. Ademais, este estudo possibilitará o conhecimento da trajetória da Escola Politécnica.

² Este ex-docente nasceu em 14 de abril de 1925 e faleceu em 05 de outubro de 2014. Foi professor catedrático da Escola Politécnica da UFBA por mais de 25 anos (1961 a 1988). Pertenceu ao Departamento de Hidráulica e Saneamento (DHS), atualmente denominado Departamento de Engenharia Ambiental (DEA). Lecionou também na Universidade Católica do Salvador.

A metodologia de identificação e organização do acervo pessoal com abordagem contextual³ de Nelson Gandur Dacach será composta por quatro etapas, a partir das reflexões de Camargo e Goulart (2007) e Campos (2011):

a) 1ª etapa: Consistirá na higienização mecânica do acervo documental dos estudos e projetos. Para tanto, realizar-se-á a limpeza mecânica de folha a folha, cortes superior, inferior e lateral, utilizando-se da mesa de higienização documental; desdobramento e planificação de vincos e dobras, além de pequenos reparos; remoção de cliques, grampos e outros prendedores; retirada de objetos metálicos que possam deteriorar os documentos pelo tempo, dentre outras atividades julgadas necessárias. Outro aspecto a ser observado nesta etapa é a identificação de documentos a serem restaurados;

b) 2ª etapa: Abarcará a cronologia da trajetória de Nelson Gandur Dacach, levantando os eventos e atividades que desempenhou no exercício de sua atividade acadêmica e profissional. Esta identificação será muito importante na associação preliminar do estudo/projeto com o período no qual foi planejado e elaborado o memorial descritivo e as plantas (com os detalhamentos e especificações técnicas). Essa ficha embasou-se nos campos contemplados na pesquisa de Campos (2011 e 2014):

c) 3ª etapa: A descrição documental será a terceira etapa. Englobará o preenchimento de uma ficha diagnóstico do acervo documental:

- Identificação: dados referentes ao nome do titular, unidade custodiadora, datas-limite e extensão;
- Tratamento e Custódia: dados referentes ao suporte, estágio de organização, meio de divulgação, data de aquisição, instrumentos de pesquisa, instrumentos legais e histórico da custódia;
- Conservação e Acesso: dados referentes às condições de acesso, responsável pelo acervo, localização, estado de conservação e observações.

d) 4ª etapa: A elaboração do instrumento de pesquisa contemplará a última etapa desta proposta. A elaboração do instrumento de pesquisa possibilitará divulgar o conteúdo e as características do acervo, bem como tornar a documentação já arranjada e descrita mais acessível ao pesquisador. Para o fundo documental do professor Nelson Gandur Dacach, foi escolhido o inventário como instrumento de pesquisa, por melhor se adaptar às características do acervo, sendo um arcabouço de projetos e anotações técnicas com enfoque em áreas de conhecimento da Engenharia Sanitária, como por exemplo, abastecimento de água e esgotamento sanitário, que serão revisados e avaliados de acordo com os padrões atuais de engenharia.

³ "Abordagem que busca recuperar a conexão lógica e formal que liga um documento a outro mediante vínculo de necessidade" (Duranti, 1997 apud Camargo; Goulart, 2007, p. 43).

Acervo documental da Escola Politécnica

Dentre os acervos documentais existentes na Escola Politécnica destaca-se o acervo pessoal de docentes que lecionaram nesta unidade ao longo de sua existência⁴. O acervo documental destes ex-docentes da Escola encontra-se distribuído em departamentos que retratam a evolução da unidade de ensino, de acordo com o Gráfico I, assim como se reflete nas datas-limite, indicadas no Gráfico II (Oliveira, 2015).

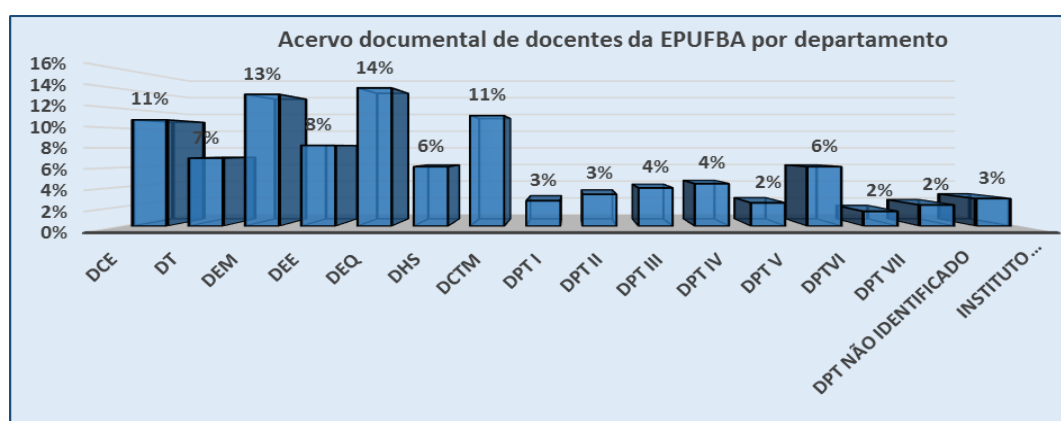


Figura 1– Acervo documental de docentes da EPUFBA por Departamento

Fonte: Oliveira, 2015

Na figura 1, as informações apontam que os departamentos que mais apresentam acervos de docentes são os de Engenharia Química (14%), seguidos pelo de Construção e Estruturas (11%), o de Ciência e Tecnologia dos Materiais (11%), Engenharia Elétrica (8%), Transportes (7%), Hidráulica e Saneamento, atual Engenharia Ambiental (6%), e o Departamento IV (6%). Os Departamentos de I ao VII, que correspondem aos da estrutura mais antiga da Escola, também já foram identificados, mas apresentam um menor quantitativo de docentes. A figura 2 ilustra exatamente as datas-limites destes acervos, bem como corrobora com delimitação da evolução dos departamentos ao longo da trajetória da EPUFBA (Oliveira, 2015).

⁴Proposta convergente com a pesquisa de Bezerra e Campos (2014) que resgata a memória dos docentes da Universidade de São Paulo (USP).

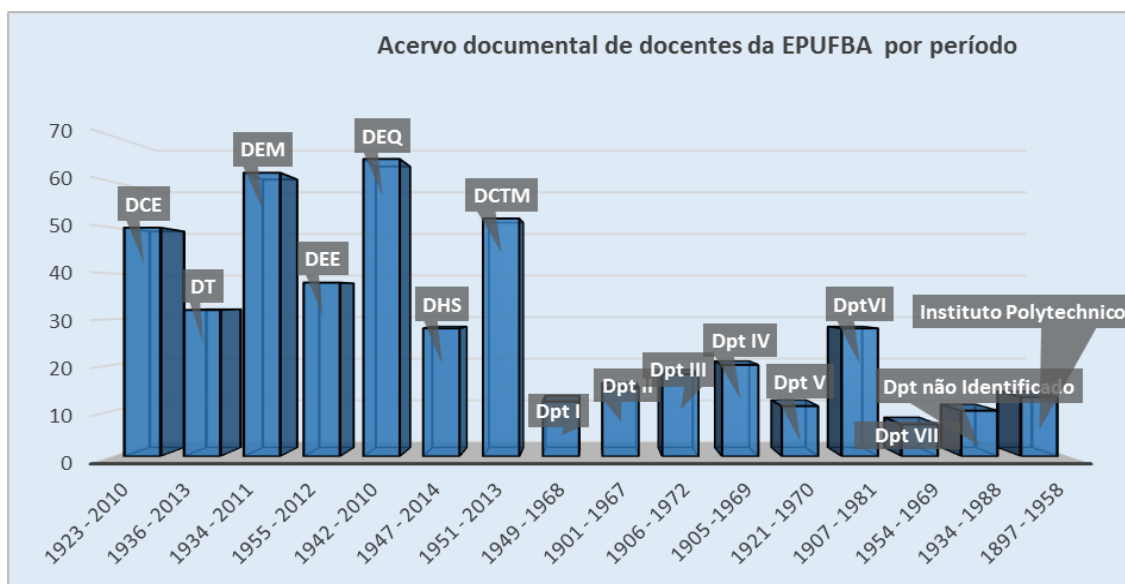


Figura 2– Acervo documental de docentes da EPUFBA por período

Fonte: Oliveira, 2015

Proposta preliminar de análise do acervo documental de Nelson Gandur Dacach

Ao pensar no acervo pessoal do professor Nelson Dacach ocorre o tratamento de um conjunto de documentos valiosos para inúmeros tipos de pesquisa relacionados à Engenharia Sanitária e Ambiental. Identificá-lo⁵ e disseminá-lo significa dar um retorno à comunidade acadêmica, profissional e sociedade em geral sobre as contribuições de um sanitarista baiano.

Portanto, a documentação que compõe o fundo documental de Nelson Dacach representa as funções e as atividades desempenhadas ao longo da carreira acadêmica e profissional do professor e de interesse da sociedade em geral. Pode-se chamar de “fundo” o acervo doado devido às características da produção desses documentos:

Fundo documental é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por qualquer razão, lhe seja afim (Bellotto, 2006, p. 128).

⁵ Utilizando a definição técnica disponível no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) para definir a função arquivística identificação: “[...] é o processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual” (Arquivo Nacional, 2005, p. 104).

Esse fundo é denominado de fundo fechado, pois não haverá mais produção de documentos devido ao falecimento do docente (Rousseau; Couture, 1998). Mesmo assim, o referido fundo pode continuar a receber documentos, tendo em vista que, caso exista mais material, esse ainda poderá ser doado pela família, pelos amigos, dentre outros. Desse modo,

pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, artes e a sociedade (Bellotto, 2006, p. 266).

Esse é o caso dos documentos constituintes do Fundo Documental Nelson Dacach, pelo fato de esse cientista ser um pesquisador à frente do seu tempo, protagonista de uma história a ser contada sobre a Engenharia Sanitária e Ambiental das décadas de 60 a 90. realizou diversos projetos e estudos que a partir deste trabalho serão valorizados, organizados com informações do período a que se referem, como também confrontados com as percepções tecnológicas atuais. Estes projetos e estudos no âmbito do abastecimento de água contemplam os Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte. No que tange aos sistemas de esgotamento sanitário, encontram-se estudos e projetos dos Estados da Bahia e Goiás.

Apenas para ilustrar, tomando como referência inicial a sua trajetória como docente na Escola Politécnica, pode-se citar:

a) Professor Catedrático (interino e efetivo) da Cadeira de “Higiene Geral, Higiene Industrial e dos Edifícios e Saneamento e Traçado das Cidades” da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, desde 14/06/1961;

b) Coordenador Nacional dos Cursos Intensivos de Engenharia Sanitária na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, patrocinados pela Organização Panamericana de Saúde, de 1965 a 1970;

c) Publicou os livros como, por exemplo, enumeram-se os seguintes títulos: Sistemas Urbanos de Água, Sistemas Urbanos de Esgoto, Saneamento Básico e Saneamento Ambiental;

d) Representante da matéria Hidráulica e Saneamento no Colegiado de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, de 17/11/1969 a 17/12/1971; Chefe do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, de maio de 1970 a maio de 1974;

- e) Ocupou cargos administrativos.

Considerações finais

Diante dos 119 anos da Escola Politécnica, o resgate da memória dos seus docentes surge como meio de apresentar à comunidade acadêmica, científica e profissional o papel e as suas contribuições durante este período.

Contudo, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita a respeito dos acervos pessoais dos ex-docentes desta unidade de ensino no contexto da Universidade Federal da Bahia. Neste artigo trabalhou-se com uma pequena amostra e de forma ilustrativa deste acervo documental, representada pela proposta de tratamento do acervo documental do professor Nelson Gandur Dacach, que lecionou na EPUFBA, com o intuito de reconstituir a sua contribuição acadêmica, científica e social do mesmo. Será possível vislumbrar a riqueza de informações que esta documentação comporta, uma vez aplicados os métodos de identificação e descrição arquivística. Este trabalho também demonstra a contribuição que a Arquivologia, consubstanciada em seus métodos e princípios, pode dar ao acesso à informação e, por consequência, à consolidação da memória da Universidade. Na medida em que se realiza a identificação arquivística, é possível trazer à tona a documentação, esclarecendo o passado e garantindo a difusão do conhecimento até então guardado.

Desta maneira, este estudo terá como uma das funções, a de servir de orientação geral aos funcionários, docentes, discentes e para a sociedade baiana, quanto ao conhecimento da relevância acadêmica e social (valor histórico) dos estudos e projetos criados por Nelson Dacach e, atualmente, sob a custódia do Memorial Arlindo Coelho Fragoso, que se encontra em fase de finalização das obras de seu espaço físico. Complementar à relevância histórica dessa pesquisa, há o propósito de avaliar os projetos com enfoque em áreas de conhecimento da Engenharia Sanitária como, por exemplo, abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando estabelecer a proximidade ou não, dos padrões de engenharia atuais, como estimular iniciativas práticas de percepção sobre a necessidade de expansão dos projetos originais para atender as demandas atuais, em cada município ou localidade, que comportam estes projetos.

Para expandir a obtenção de resultados desta proposta envolvendo a sociedade, uma das possibilidades previstas será aproximar o acervo e o Memorial de grupos e entidades, como a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, por meio da realização de um workshop para o público de engenheiros e demais profissionais que, por ventura, tenham sido beneficiados pelos ensinamentos do professor, ou senão através de seus livros publicados.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em 8 jun. 2016.
- BARBOSA, M. L. A.. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, L. M. B.; ABREU, M.; VARELA, A. (Org.). *Reitores UFBA: de Edgard Santos à Naomar de Almeida Filho*. Salvador: Edufba, 2011, p. 18-47.
- BELLOTTO, H. L.. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BEZERRA, L. M.; CAMPOS, J. F. G. Memória da docência e da pesquisa na Universidade de São Paulo: Relato de uma experiência. In: Congresso Nacional de Arquivologia, VI, 2014, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria, AARGS, 2014.
- CAMPOS, J. F. G. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CAMPOS, J. F. G.. Um salto no vazio? Considerações iniciais sobre a organização e representação de arquivos pessoais. In: Seminário em Ciência da Informação, 4, 2011, Londrina. *Anais eletrônicos*. Londrina, EDUEL, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/13/9>. Acesso em 25 nov. 2012.
- COSTA, C. A. *105 anos da Escola Politécnica da UFBA*. Salvador: P&A, 2003.
- OLIVEIRA, L. A. F. Arquivos Pessoais na UFBA: uma abordagem da experiência na Escola Politécnica. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017. (no prelo)
- ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Arquivo pessoal: a importância da reorganização do fundo Josué Montello para preservação da memória literária do escritor

Joseane Maria de Souza e Souza

No presente artigo relataremos o resultado da reorganização do arquivo pessoal do escritor Josué Montello que está sob a guarda da Casa de Cultura Josué Montello, localizada em São Luis desde 1983. Organizar arquivos pessoais tornou-se um grande desafio para os arquivistas. O Brasil hoje dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da Lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, o decreto 2.942, de 1999, e a Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, estão voltados para o tema.

A Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu Artigo 2º, considera que os arquivos privados de pessoa física são:

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 2016).

Na literatura arquivística encontramos poucos relatos de experiência a respeito de organização de arquivo pessoal. No entanto, foi possível identificar que, a partir da década de 80, o modelo de referência utilizado é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, que se especializou na guarda de arquivos privados pessoais de representantes da elite política.

De acordo como a Fundação Getúlio Vargas - CPDOC (2013),

os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela

possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

Sendo assim, os arquivos pessoais contribuem, ao lado dos arquivos de origem institucional, para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Para tanto, devem receber tratamento arquivístico a fim de que, após sua organização, possa garantir e disponibilizar o acesso à documentação.

Trajetória do escritor

Josué Montello (Josué de Souza Montello), jornalista, professor, romancista, cronista, ensaísta, historiador, orador, teatrólogo e memorialista, nasceu em São Luís do Maranhão a 21 de agosto de 1917, onde passou sua infância e juventude. No começo de 1936, mudou-se para Belém, dali saindo com destino ao Rio de Janeiro, em dezembro do mesmo ano. Filho de Antônio Bernardo Montello, de origem italiana, e de Mância de Souza Montello, de origem portuguesa.

Residindo no Rio de Janeiro desde dezembro de 1936, Josué Montello considerava-se um homem de sua Província, com a marca da terra e dos hábitos do Maranhão. Morou também no Peru de 1953 a 1955, como Catedrático Honorário da Universidade Maior de São Marcos, de Lima; em Portugal, em 1957, a convite do Itamaraty, regeu a Cátedra de Estudos de Lisboa, na Faculdade de Letras; em Madri, em 1957, como professor de Cátedra de Estudos Brasileiros pelo Itamaraty; em Paris como Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil de 1968 a 1970. De 1985 a 1989, exerceu o cargo de Embaixador do Brasil junto à UNESCO, em Paris, sempre retornando a São Luís nas suas vindas ao Brasil. Quase toda sua obra literária traz a marca da inspiração e da cultura maranhense.

Foi agraciado com 12 prêmios literários; um Fardão de Imortal da Academia Brasileira de Letras, no dia 4 de julho de 1955, ocupando a cadeira nº. 29, fundada por Arthur Azevedo e que tem como patrono Martins Pena. Foi recepcionado por Viriato Corrêa. Membro da Academia Maranhense de Letras desde 1948 e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Acumulou uma coleção de títulos e funções, entre as quais citamos as de Diretor da Biblioteca Nacional (1948 – 1951), subchefe da Casa Civil da Presidência República, no Governo de Juscelino Kubitschek (1956), Reitor da Universidade Federal do Maranhão (1972), Presidente da Academia Brasileira de Letras (1993-1995) e outras. Foi colaborador do Jornal do Brasil e também da Revista Manchete.

A obra literária de Josué Montello eleva-se a 160 títulos em vários gêneros, entre eles: romances, ensaios, crônicas, história, história literária, discursos, antologias, educação, novelas, teatro, biblioteconomia, literatura infantil e juvenil, memórias, prefácios, edições para cegos e cinema. Foi considerado um clássico de nossa literatura, com muitos livros traduzidos no exterior, bem como versões cinematográficas de duas de suas novelas.

Em 1983, doou seu acervo particular para criar a Casa de Cultura Josué Montello, inaugurada no dia 23 de janeiro, como órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura.

Faleceu em 15 de março de 2006, aos 88 anos, no Rio de Janeiro, onde vivia. Está enterrado no cemitério São João Batista, naquela capital.

Origem do arquivo

O Arquivo Pessoal do escritor Josué Montello foi organizado por Yvonne Montello, viúva do escritor (falecida em 10.10.2015). O mesmo teve início antes da fundação da Casa de Cultura Josué Montello, sendo responsáveis pela guarda e organização dos documentos o próprio escritor e sua esposa, que residiam no Rio de Janeiro. Em 1983, ano de fundação da CCJM, os documentos começaram a ser encaminhados para São Luís, para, então, ser criado o arquivo pessoal do escritor. Quando o escritor formalizou a doação de seu acervo para o Governo do Maranhão, em 14 de março de 1983, através de Escritura de Doação, deixou registrado na 5ª cláusula do documento que “[...] *terá o nome da mulher de Josué Montello, Yvonne Sobral Montello, a sala destinada ao arquivo do escritor, visto ter sido esta uma organização que ela empreendeu, por sua iniciativa pessoal e a que dedicou boa parte de suas melhores horas e de sua competência*”.

Ao longo de 23 anos, toda documentação vinha do Rio de Janeiro para São Luís, já organizada por D. Yvonne. Após o falecimento do escritor em 2006, houve uma pausa de 4 anos na remessa de documentos, retornando em 2010 quando D. Yvonne enviou o restante do acervo que ainda se encontrava na residência do casal no Rio de Janeiro.

Assim, teve origem o Arquivo Pessoal de Josué Montello, que conta hoje com um volume de aproximadamente 2000 fotografias, 35.000 correspondências, 10.171 recortes de jornais e 28 originais das obras manuscritas e documentos pessoais. O acervo retrata toda trajetória da vida e obra do escritor, sendo a única fonte de pesquisa desses documentos no Estado, que atende pesquisadores locais e de vários Estados do Brasil.

O projeto

Em 2013 iniciamos o **Projeto de Organização, Conservação e Digitalização do acervo documental e fotográfico do escritor Josué Montello**, o qual foi selecionado através do Edital 31, do Programa de Acervos Documentais lançado pela FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa Científica e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão.

O referido projeto tem como objetivo principal organizar, conservar e digitalizar o acervo pessoal do escritor Josué Montello. A execução do projeto possibilitou higienizar, acondicionar e organizar os documentos e definir o Quadro de Arranjo do Fundo Josué Montello.

Sichmann (apud Moreno; Lopes; Di Chiara, 2011, p. 5) enfatiza que:

Atualmente há um despertar da nossa sociedade pela busca de soluções e medidas simples para salvaguardar adequadamente os nossos bens culturais. A era da informação valorizou ainda mais os dados vitais e estratégicos que precisam ser preservados, divulgados e acessados rapidamente para uso presente e futuro. É provável que essa valorização seja um dos atuais motivos pelo qual a sociedade busca resgatar o original, o mais antigo, a primeira versão. Então, nos deparamos com danos ou perdas irreparáveis dos acervos bibliográficos e documentais. Somente a partir daí percebemos a importância da manutenção dessas coleções para a continuidade da memória do patrimônio histórico e cultural da nação.

Considerando a importância do acervo documental sobre a vida e a obra de Josué Montello para pesquisadores e futuras gerações que quiserem aprofundar suas pesquisas sobre a trajetória literária do escritor, assim como para a preservação da memória deste, elaboramos um projeto direcionado para a preservação, divulgação e acessibilidade do acervo arquivístico sob a responsabilidade da CCJM.

Etapas da organização do fundo

1ª Etapa: Diagnóstico, higienização, espaço físico e mobiliário

O acervo do arquivo pessoal do escritor Josué Montello, objeto deste projeto, é constituído por documentos pessoais, correspondências, originais dos romances, recortes de jornais, fotografias, medalhas, certificados e condecorações. Possui um volume, aproximadamente, de 47.000 (quarenta e sete mil) peças distribuídas em: 35.000 (trinta e cinco mil) correspondências pessoais, ofícios, declarações, convites; 2.000 (duas mil) fotografias; 28 (vinte e oito) originais de romances (manuscritos e datilografados) distribuídos em 60 (sessenta) pastas; 10.171 (dez mil, cento e setenta e um) recortes de jornais arquivados em pastas; 113 (cento e treze) quadros contendo

capas dos romances, diplomas e homenagens; 219 (duzentos e dezenove) documentos pessoais, entre outros;

Toda documentação se encontrava arquivada em pastas suspensas, a maioria colada em folhas de papel; as fotografias e os recortes de jornais, separados por sacos plásticos; o acervo de manuscritos, em pastas de papelão e alguns encadernados, com as folhas presas por ferragens. O mobiliário, por sua vez, era constituído por arquivos de pastas pendulares e armários de aço com portas de vidro.

Quanto à organização, o acervo encontrava-se ordenado por assuntos relacionados à vida do escritor, listados nas pastas contendo índices cronológicos.

Nesta etapa, deu-se o desmonte das pastas para retirar clips, cola e plásticos, procedendo-se, na sequência, à higienização dos documentos com o uso de mesa de higienização e substituição do mobiliário por arquivos deslizantes, adquiridos com recurso do projeto.

2ª Etapa: Definição do Quadro de Arranjo

De acordo com Silva (2012, p. 96),

a elaboração do Quadro de Arranjo é a “alma” da organização dos arquivos pessoais, pois é a fase que pressupõe maior conhecimento da trajetória da pessoa, fruto da pesquisa, e a que mais necessita de conhecimentos da teoria Arquivística. O Quadro deve espelhar a gama de atividades exercidas pelo produtor do arquivo e, ainda, contribuir para a compreensão do conteúdo dos documentos, refletindo as atividades desempenhadas pelo *escritor* durante sua trajetória profissional, bem como de sua vida pessoal. (grifo nosso)

Dessa forma, organizar o Quadro de Arranjo do Fundo Josué Montello foi a etapa mais importante e trabalhosa do projeto, considerando o tamanho do acervo, a diversidade do tipo documental e a vasta trajetória profissional do escritor. Entretanto, ao tomar por base a organização anterior, realizada pela viúva do escritor - a qual foi de suma importância, por ser a pessoa mais próxima do escritor e ainda uma profunda conhecedora de seu perfil de produtor cultural -, o trabalho da equipe obteve relativa facilidade quanto à definição do Arranjo, visto que aproveitou, ao máximo possível, o que já existia, organizando-o por séries e subséries distribuídas em dossiês, os quais passam a concentrar os registros não somente da atuação de Josué Montello como escritor, mas também como gestor público, além de permitir maior visibilidade aos documentos.

Assim, o Quadro de Arranjo ficou dividido em sete séries com suas respectivas subséries, conforme se demonstra no quadro a seguir.

Quadro de Arranjo do Fundo Josué Montello (JM)		
SÉRIE	SUBSÉRIES	ITENS DOCUMENTAIS
DOCUMENTOS PESSOAIS	Documentos de Identificação	Carteira de Batismo, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, RG, CPF, Certificado de Reservista, Carteiras Funcionais, Passaporte, Título de Eleitor, Certidão de Óbito.
	Documentos Diversos	Atos de Nomeação, Diplomas, Certificados, Currículo, Cartões de Visitas, Contratos, Cadernetas.
CORRESPONDÊNCIA	Correspondência Enviada	Academia Brasileira de Letras, Correspondências Oficiais, Solicitações não atendidas, Doações, Interesses particulares, Cargos, Conselho Federal de Educação, Conselho Federal de Cultura, Universidades, Editoras, Telegramas, Tradutores.
	Correspondência Recebida	Academia Brasileira de Letras, Acadêmicos da ABL, Candidatos à Academia, Academia Maranhense de Letras, Acadêmicos da AML, Particulares, Sobre assuntos diversos, Leitores das obras de JM. Correspondências literárias
	Correspondências Oficiais	Casa de Cultura Josué Montello, Congratulações, Condecorações e Medalhas, Participação em Bancas Examinadoras, Editoras, Gravações em Cassete, Homenagens, Itamaraty, Prêmios Literários, Nomeações, solicitações não atendidas Telegramas, Títulos Diversos, Reitoria da UFMA, UBE, UNESCO.
	Cartas e Cartões (convites) recebidos do exterior	França, Portugal, Peru.
PRODUÇÃO LITERÁRIA	Originais	Romances Degraus do paraíso Os tambores de São Luís A noite sobre Alcântara A coroa de areia O silêncio da confissão Largo do Desterro Aleluia Pedra viva A entoação na linguagem portuguesa Uma varanda sobre o silêncio Um beiral para os bentivis Uma luz na madrugada Diário da madrugada Le France tempete La Harpe Enquanto a noite não vem

		Enquanto o Tempo não passa O Camarote Vazio Uma sombra na parede A mulher proibida Antes que os pássaros acordem Sempre será lembrada Literatura infantil O carrasco que era santo, A formiguinha que aprendeu a dançar. Diário Diário das minhas vigílias Diário da Madrugada Diário uma luz na madrugada Teatro O Verdugo, Precisa-se de um anjo.
PRODUÇÃO INTELLECTUAL	Textos	Crônicas, Artigos, Palestras, Entrevistas, Prefácios, Ensaaios, Discursos e Conferências.
TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	Cargos no Brasil	Membro do Conselho Federal de Cultura, Membro da Academia Maranhense de Letras, Presidente da Academia Brasileira de Letras, Criador e Diretor do Museu Histórico Nacional, Fundador e Diretor do Museu da República, Reitor da Universidade Federal do Maranhão, Diretor da Biblioteca Nacional, Técnico de Educação do Ministério da Educação, Subchefe da Casa Civil - Governo de Juscelino Kubitschek.
	Cargos no Exterior	Embaixador do Brasil junto à UNESCO, Embaixador do Brasil em Paris, Professor Universitário em Paris.
RECORTES DE JORNAIS	Vida e Obra	Entrevistas, Crônicas, Conferências, Depoimentos, Assuntos diversos, Lançamentos, Vida em Paris, Conselho Federal de Cultura, Museu da República, Museu Histórico Nacional, Viagens à Europa.
ICONOGRAFIAS	Fotos	Família, Eventos sociais no Brasil, Eventos sociais no exterior, Academia Brasileira de Letras, Conferências, Palestras e aulas no Brasil, Conferências, Palestras e aulas no exterior, Lançamentos de livros, Premiações.

Quadro 1 – Quadro de Arranjo do Fundo Josué Montello

Quanto à metodologia utilizada, levaram-se em consideração os gêneros documental, textual e iconográfico.

3ª Etapa: Separação e identificação dos documentos

Nesta fase, os documentos foram higienizados e separados por tipologia documental. Considerando o tamanho do acervo, esta atividade foi realizada por equipes distintas. Uma equipe ficou responsável pelo desmonte das pastas antigas para retiradas de clips, grampos, cola, plásticos e troca de papel amarelado pelo tempo, e ainda pela subsequente alocação dos documentos em pastas novas, confeccionadas em papel timbó e em papel alcalino. Outra equipe ficou responsável pela reorganização dos documentos de acordo com o Quadro de Arranjo, identificando e numerando cada documento para ordenação no arquivo deslizante, em pastas pendulares, caixas arquivos e, em alguns casos, em caixas e envelopes confeccionados conforme as dimensões do documento.

4ª Etapa: Descrição dos documentos

A descrição consiste em retirar todas as informações básicas dos documentos, para a compreensão de seu conteúdo. Todas as informações que existiam na organização anterior foram aproveitadas, na medida do possível, sofrendo, contudo, uma necessária alteração na organização atual, visto que, até então, os documentos eram reunidos em uma mesma pasta, independente de sua função, de seu gênero e do tipo de atividade a que estavam relacionados.

Foi elaborada ficha de inventário para documentos e fotografias, contendo todas as informações necessárias para elaboração dos instrumentos de pesquisa e para a alimentação do sistema informatizado com vistas à criação do site do projeto, que também disponibilizará área de pesquisa para os internautas.

Considerações finais

O trabalho de reorganização de um Arquivo pessoal não constitui uma tarefa trivial. Desfazer parcialmente uma organização que já existia, aproveitando alguns de seus segmentos, ignorando outros e acrescentando novos segmentos, tem se mostrado, em vários momentos, um trabalho mais difícil e moroso do que propriamente dar-se início a uma nova organização.

A tarefa de definir o Quadro de Arranjo requeria, por sua vez, conhecimento prévio sobre a vida do produtor do arquivo. Neste sentido, a primeira organização dos documentos, realizada por dona Yvonne Montello, viúva do escritor, foi de suma importância para os envolvidos nesta etapa do processo, visto que forneceu subsídios para que tivéssemos condições de adequar as técnicas arquivísticas necessárias para a reestruturação do arquivo.

O empenho da equipe, que vem buscando informações, estudando e conhecendo experiências semelhantes, contribuiu para que o projeto obtivesse êxito e alcançasse seu objetivo de organizar, preservar e divulgar a memória literária do escritor Josué Montello, disponibilizando aos pesquisadores um acervo estruturado, acessível e de grande importância no campo da literatura brasileira.

Soma-se a isso a sensível melhoria observada na qualidade dos serviços oferecidos pela CCJM, a qual tem ainda contribuído para suscitar a reflexão sobre o trabalho de organização de arquivos pessoais, ampliando assim a discussão do tema no interior da literatura arquivística.

Referências

A Daniel. A Arquivologia e a Tecnologia da Informação. Postado em 17/09/2010. Disponível em: <http://www.arquivista.org/artigos-e-opinioes/aarquivologiaeatecnologiadainformacao>. Acesso em 12 abr. 2016.

BELLOTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em jul. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ. *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*, 2010. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em 14 ago. 2016.

FEIJÓ, V. M. *Documentação e arquivos*. Porto Alegre: SAGRA, 1988.

FILIPPI, P.; LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. *Como tratar coleções de fotografia*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Como fazer, 4)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro. *Arquivos Pessoais*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em agosto de 2016.

GONÇALVES, J. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Como fazer, 2)

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, 1995.

MORENO, N. A.; LOPES, M. A.; DI CHIARA, I. G. A Contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória. *Biblionline*, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-II, 2011.

SILVA, C. S.; SILVA, R. B. P. Arquivo pessoal: fundo documental Neusa Carson. *Revista Fragmentum*, Laboratório Corpus, UFSM, n. 37, p. 31 – 41, abr. / jun. 2013.

SILVA, M. C. S. M.; SANTOS, P. R. E. (orgs). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

TESSITORE, V. *Fundamentos da Arquivística*. In: USP: Organização de Arquivos. São Paulo, 2002. XVI Curso de Especialização.

VIEIRA, A. S. L. *A identificação no processo de implantação e organização do arquivo permanente*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007. 84f.

*Apêndices***A:*****Ficha de Inventário do Arquivo Pessoal Josué Montello Fotografias***

Código do inventário	
Inventário anterior	
Classificação	
Autor	
Título	
Local	
Data	
Dimensões	
Cromia	
Resumo / descrição	
Reproduções	
Negativos	
Estado de conservação	
Intervenções	
Quantidade de imagens	
Data do preenchimento	
Responsável pelo preenchimento	

Informações sobre o preenchimento**Código de Inventário**

O código é composto pelas letras Cx (caixa) Pt (Pasta) seguidas por dois algarismos que representam o número da caixa ou pasta em que está guardado o original. A seguir, tem-se a letra que identifica a série e a subsérie sucedidas por 2 algarismos que identificam o dossiê.

Ex: Cx. 01 I. f. 01

Inventário anterior

É composto pelo(s) código(s) anterior(es) da fotografia. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Classificação

Registra-se aqui a Instituição custeadora do acervo, o fundo, a série, a subsérie, o número do dossiê e número do documento.

Exemplo:

Instituição custeadora: CCJM

Fundo: Josué Montello (JM)

Série: Iconografia (I)

Subsérie: fotografias (f)

N. do dossiê: 01

N. do documento: 01

Exemplo: CCJM JM I f 01 01

Autor

Neste campo, registrar o nome do fotógrafo, atualizando a grafia de vocábulos brasileiros e obedecendo à grafia original de nomes estrangeiros. Registrar o pseudônimo, caso apareça, após o nome, separado por vírgula. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Título

A atribuição do título será identificada pelo responsável pelo inventário, obedecendo, quando existir, ao título anterior.

Local

Resgatar por extenso o país, estado ou a cidade em que se situa o local fotografado, não sendo obrigatório o registro dos três. Deve ser preservada apenas a informação existente no documento. Caso seja possível, identificar o local específico, como rua, bairro, praça etc. Registrar esta informação também. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Data

Neste campo, registrar a data da fotografia – dia, mês e ano; mês e ano ou somente ano. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Dimensões

As dimensões – altura, largura e profundidade – são registradas em centímetros, medidos com uma régua, altura x largura.

Cromia

Registram-se as informações **Cor** para fotografia colorida e **P&B** para fotografia em preto e branco.

Resumo / descrição

Neste campo, registrar a descrição da imagem sempre da esquerda para a direita do observador, dividindo a imagem em planos (1º plano, 2º plano, ao fundo etc.) a descrição deve ser a mais completa possível, identificando ruas, avenidas, esquinas, edificações, personalidades, eventos etc. Na impossibilidade de detalhes, registrar os itens capturados na imagem.

Reproduções

Registrar o número de cópias que o original possui.

Negativos

Informar a existência ou não de negativos da imagem, identificando o tipo. Por exemplo: 35mm, 6x6 etc.

Estado de conservação

Registrar utilizando os termos Ótimo, Bom, Regular e Péssimo.

Intervenções

Registrar informações sobre iniciativas de conservação, restauração, bem como de higienização.

Quantidade de imagens

Identificar quantidade de fotos por páginas.

Data do preenchimento

Data do preenchimento da planilha.

Responsável pelo preenchimento

Registrar o nome do técnico responsável pelo preenchimento da planilha do inventário.

B:***Ficha de Inventário do Arquivo Pessoal Josué Montello – Documentos***

Código do inventário	
Inventário anterior	
Classificação	
Série	
Subsérie	
Procedência	
Autor	
Título	
Local	
Data	
Número de páginas	
Resumo / descrição	
Estado de conservação	
Intervenções	
Data do preenchimento	
Responsável pelo preenchimento	

Informações sobre o preenchimento**Código de Inventário**

O código é composto pelas letras Cx (caixa) Pt (Pasta) seguidas por dois algarismos que representam o número da caixa ou pasta em que está guardado o original. A seguir, tem-se a letra que identifica a série e subsérie sucedida por 2 algarismos identificando o dossiê.

Exemplo: Cx. 01 I. f. 01

Inventário anterior

É composto pelo(s) código(s) anterior(es) da fotografia. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Classificação

Registrar aqui a Instituição custeadora do acervo, o fundo, a série, subsérie, o número do dossiê e número do documento.

Exemplo:

Instituição custeadora: CCJM

Fundo: Josué Montello (JM)

Série: Documentos Pessoais (DP)

Subsérie: certidões (ce)

N. do dossiê: 01

N. do documento: 01

Ex: CCJM JM DP ce 01 01

Autor

Neste campo, registrar o nome do autor do documento, atualizando a grafia de vocábulos brasileiros e obedecendo à grafia original de nomes estrangeiros. Registrar o pseudônimo, caso apareça, após o nome separado por vírgula. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Título

A atribuição do título será identificada pelo responsável pelo inventário, obedecendo, quando existir, a título anterior.

Local

Resgatar por extenso o país, estado ou a cidade do documento, não sendo obrigatório o registro dos trêz. Deve ser preservada apenas a informação existente no documento. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Data

Neste campo, registrar a data do documento – dia, mês e ano; mês e ano ou somente ano. Em caso de desconhecimento desta informação, menciona-se s/r (sem referência).

Número de páginas

Identificar a quantidade de folhas do documento.

Resumo / descrição

Neste campo, registrar a descrição do documento de forma sucinta, objetiva, direta. Informar o tipo do documento, o aspecto físico e o assunto nele contido.

Ex: carta escrita em tinta preta e papel de carta decorado. Enviada para Juscelino Kubitschek, Trata da mudança de endereço do escritor para França.

Estado de conservação

Registrar utilizando os termos Ótimo, Bom, Regular e Péssimo.

Intervenções

Registrar informações sobre iniciativas de conservação, restauração, bem como higienização.

Data do preenchimento

Data do preenchimento da planilha.

Responsável pelo preenchimento

Registrar o nome do técnico responsável pelo preenchimento da planilha do inventário.

Memórias no arquivo Maurílio de Almeida: extensão universitária e prática arquivística

Francisco Sávio da Silva
Thiago Brandão da Silva

Este estudo se insere no âmbito da organização de arquivos pessoais/familiares, que são constituídos ao longo da vida de seu produtor/acumulador, representando uma memória documentada da vida pessoal em âmbito administrativo, financeiro, cultural, etc. e ao mesmo tempo representando a sociabilidade onde o produtor/acumulador daquela documentação estava inserido, sendo relevante na perspectiva de compreender o indivíduo, situando-o no seu próprio contexto e relacionando a sua biografia ao percurso de produção e acumulação da sua própria documentação. Isso ocorre através da análise histórica de sua trajetória observando os costumes, hábitos e sua memória através da documentação deixada por ele.

Por isso, é de interesse amplo para pesquisadores de diversos campos do conhecimento, principalmente, para os historiadores e biógrafos, em geral usuários que encontram nestes acervos os dossiês que se fazem necessários para construção de seus estudos.

Trabalhando a partir dessa perspectiva, iniciou-se em 2014 o projeto de extensão *Documentos, Memória e História: organização do Arquivo Privado de Maurílio de Almeida, caminhos para a pesquisa da história da Paraíba – Século XIX*, que foi elaborado pelo Núcleo de Estudos e pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e teve por objetivo organizar o acervo pessoal do médico e historiador Maurílio de Almeida (1926-1998), cujas ações se constituíram na sistematização dos documentos do acervo, e ainda a elaboração de uma biografia do mesmo.

Em 2015, o processo continuou com o projeto *Documentos, Memória e História: organização do Arquivo Privado Maurílio de Almeida, caminhos para a pesquisa da história da Paraíba – séculos XIX e XX – segunda etapa*, onde o principal objetivo foi à organização da coleção de documentos datados dos séculos XIX e início do XX.

Em 2016, tendo por fim a terceira etapa, *Acervos Documentais e Extensão Universitária: Formação e Culturas*, concluindo todo o ciclo de organização do acervo.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo relatar as etapas realizadas até o momento e evidenciar através dos resultados e perspectivas que a Universidade pode contribuir com a preservação do patrimônio documental arquivístico, incluindo nesse processo a participação ativa de professoras/es, técnicos e estudantes, sendo um campo de extensão relevante.

Arquivos pessoais – breve discussão

Colocando em evidência o escopo central no tocante a tríade *seleção, identificação e organização* e ciente que essas atividades são as linhas mestras que corroboram na delimitação axiológica do método da Arquivologia, nos voltamos à prática e teoria que caminharam em busca de compreender a função dada ao documento, “função que desempenha no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou organismo (público-privado), servindo como prova e como núcleo que contém uma densidade informacional variável” (Soares, 2014, p. 12 apud Camargo, 2009, p. 28).

Assim, os arquivos pessoais/familiares são fragmentos de um todo social, e nesse aspecto é relevante às palavras de Barros e Amélia (2009, p. 60) ao mencionarem que, “os documentos arquivísticos se constituem em fontes de informações indispensáveis a ser interpretadas, analisadas e cotejadas. Eles são obras humanas que registram, de modo fragmentado, informações ricas e complexas sobre relações coletivas”. Dessa forma, o processo de constituição de um arquivo pessoal refleti as vivências do seu produtor.

Para Santos (2000):

A formação de um arquivo privado se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, em concordância com o seu modo de vida. Ele agrupa os itens documentais, dispondo-os próximos ou distantes, segundo uma necessidade presumida ou a constância dos acontecimentos. [...] Eles representam sempre o vínculo pessoal que o titular mantém com o mundo. O sentido monumental e histórico do arquivo privado não é descoberto pelo profissional de arquivo. Ele se encontra presente no próprio ato intencional de acumular documentos. O arquivo passa a representar uma espécie de pirâmide. Guarda a memória do titular e a de seu tempo para as gerações futuras, podendo contar muito mais do que se imagina (Santos, 2000, p. 33).

Os arquivos pessoais/familiares contêm documentos que os pesquisadores utilizam para investigar, nas diversas linhas de pesquisas, ações humanas, e auxiliar um melhor entendimento da história de uma sociedade. Para justificar tal pensamento é interessante as palavras de Baumann (2011) quando ela diz que:

Os arquivos pessoais e de família, representam uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo. Os avanços de estudos teóricos e metodológicos da arquivologia sobre os arquivos pessoais, transformaram esses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores que, a cada dia, se debruçam sobre o estudo de documentos de personalidades do mundo da cultura, da filosofia e das artes (Baumann, 2011, p. 24).

Soares (2014), justificando a importância dos acervos pessoais na construção da memória social, e o papel primordial da arquivística neste aspecto de preservação e disseminação, ao relacionar com as pesquisas, menciona que:

Os arquivos pessoais são muito procurados por investigadores (entre eles historiadores, jornalistas, sociólogos, psicólogos, médicos, psicanalistas, antropólogos e juristas), a fim de desvendar ao máximo a biografia de um indivíduo que marcou o seu tempo, que desempenhou cargos públicos e/ou políticos ou ainda de artistas, que podem de alguma forma dar o seu contributo à ciência ou à construção da memória coletiva (Soares, 2014, p. 14-15).

Nesta perspectiva, usamos as palavras de Oliveira (2009, p. 44-45) onde afirma que “o acumulador de seus papéis é uma espécie de autor de si mesmo, pois, ao acumular seus documentos, elimina outros, deixando um itinerário pelo qual gostaria de ser reconhecido ou visto”. É importante enfatizar, que os acervos pessoais estão relacionados a capacidade inerente ao aspecto informacional dos documentos, esse pensamento pode ser sintetizado nas palavras de Soares (2014):

[...] as informações que contêm estão diretamente ligadas às atividades profissionais e pessoais ou ainda às atividades intelectuais, como por exemplo, obras literárias e artísticas, que posteriormente irão assegurar a preservação da memória individual e, quando tratadas e depositadas ao cuidado das instituições culturais, poderão ser comunicadas aos diversos tipos de utilizadores interessados no seu conhecimento e na sua investigação (Soares, 2014, p. 13).

Desta feita, discutiremos sobre as informações coletadas no referido arquivo privado, cujo intuito é compreender uma trajetória de vida na História da Paraíba, a partir da prática arquivística, quando processo existente na extensão universitária como mecanismo de desenvolvimento de ensino e pesquisas na formação de profissional arquivista.

Maurílio de Almeida – breve discussão biográfica

Maurílio Augusto de Almeida nasceu em 08 de Junho de 1926 em Bananeiras, Paraíba. Faleceu aos 72 anos no dia 14 de junho de 1998. Filho de Pedro Augusto de Almeida e Maria Eulina Rocha de Almeida. Ao observar sua árvore genealógica percebe-se o forte prestígio social oriundo de tempos longínquos. Maurílio de Almeida tinha por trisavô, Estevão José da Rocha – ou simplesmente – “o Barão de Araruna”, e por Bisavô, Florentino da Rocha, Comendador Imperial.

Para realizar um levantamento bibliográfico devemos buscar as “vozes” fragmentadas no passado. Experimentar o sabor das fontes nas zonas mais íntimas de um indivíduo biografado. Entender como sua experiência/trajetória evidencia o mundo social no qual estivera inserido. Também estar preparado ao “aperto de mãos” daquele/es que não está/ão presente/s, ou não se faz/em mais em vida. A biografia é um gênero legítimo de compreensão da História. O debate em torno dela, no Brasil, veio a lume por volta dos anos 1980 e desde lá vem amadurecendo cada vez mais (Borges, 2011; Schmidt, 2011)

O caminhar ao universo de Maurílio de Almeida nos levou aos acontecimentos sociais e políticos e suas escolhas, projeções, desafios e influências familiares vivenciadas ganham por aqui função de vestígios históricos. Será diminuindo a escala de observação dos acontecimentos no período entendido por momentos iniciais do século XX e, seus elementos, que daremos sentido histórico aos documentos encontrados sobre a história da família Rocha/Almeida e mais especificamente sobre Maurílio de Almeida. Fazer uso de escalas de observação significa levar em consideração as formas de descontinuidade histórica sob o prisma do maior como é o caso do mirante do Estado, sem deixar de assumir uma forma e sentido da pluralidade de mundos sociais.

A biografia histórica que foi escrita, no século XIX, tinha por foco o regime da “história mestra vida” e por isso não levava em consideração a legitimidade e, por conseguinte, a preocupação com a verdade. Neste regime cabia à iluminação do futuro e, neste caso, os indivíduos precisavam ser escritos como libertários dos desprazeres do passado, o que, consequentemente, valeria o sacrifício da verdade. A biografia do tipo moderna se aparelhava em uma configuração do tipo: norma e ideias, que procurava mostrar os valores heroicos dos biografados. Esse processo acima exposto têm seus respaldos nas atuais produções dos profissionais da História. Aqui uma provocação. Por que em tempos hodiernos, o mercado livresco brasileiro, por exemplo, constata a massiva venda de títulos cujos gêneros biográficos estão entre os primeiros da lista e quase nenhum historiador/a como autor/autora (Borges, 2011, p. 209-212).

Entendemos que há outras tantas formas e funções da metodologia biográfica. Phillippe Lejeune afirma que quando o narrador conhece o biografado dar-se o nome de “testemunho com pretensões biográficas”; quando o conhece e

participou/participa dos momentos em vida, dar-se nome de “testemunho puro”. Giovane Lévi elaborou quatro tipologias para caracterizar o método: prosopografia ou biografia modal; biografia e contexto; biografia e casos extremos e biografia hermenêutica (Borges, 2011, pág. 207). Em nosso entendimento, estamos mais próximos do segundo autor por buscar inter-relacionar os dados biográficos de Maurílio de Almeida ao contexto ao qual ele esteve inserido.

Justificamos que o “jogo” de esquecer e lembrar é o processo percorrido no palco da memória dos/nos indivíduos, operação estabelecida na transmissão da dimensão do passado no tempo presente, ganhando consistência à medida que o sujeito histórico busca naturalizá-la, através da narração da experiência – narrativa histórica. De forma que, “a memória apoia-se sobre o “passado vivido”, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado apreendido pela história escrita.” (Halbwachs, 2004, p. 75).

A biografia produzida por Maurílio de Almeida, em homenagem as seis filhas de sua avó, D. Ana Águeda - ou simplesmente “Donana” (daí o nome do livro “Eram sete as pétalas da Rosa”) – tornou o processo da pesquisa mais arduo, pois, transitamos sob o esteio inexistente da segurança – a memória – que envolve a subjetividade do indivíduo na intersecção da tríade temporal: passado, presente e futuro. De maneira que o biografado está comprometido o que se passou há anos, e, nesse sentido:

O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido (Rusen, 2010, p. 62).

Construída a narrativa, o indivíduo, produz uma interpretação que o orienta no tempo e conseqüentemente uma identidade. O significado produzido atravessa os fragmentos da memória e reelabora um fio condutor. Sobre isso, tomemos por empréstimo a seguinte assertiva:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (Halbwachs, 2004: p. 75-76).

A memória categorizada como um aspecto coletivo pode ser um jogo de disputa política, se levamos em consideração os “enquadramentos” que ora enfatiza determinados acontecimentos em detrimento de outros são os ideológico, assim como, há formas e formatos em seu fazer: 1. memória impelida; 2. memória manipulada e, 3. memória obrigada (Polack, 2012, Bentivoglio; Duran, 2003).

No entanto, vale salientar que o “fazer-se” do sujeito-histórico é fruto de movimentos não lineares ou unidirecional, mas contextualmente circunscritos em injunções e ritmos diferente, assim como, incertezas e decisões oscilantes. A sua vida pública o lançou a outra esfera que não foi a continuação da carreira política do pai, Pedro de Almeida, prefeito da cidade de Bananeiras. Em 1948, aos 22 anos de idade, completou o curso para ser aspirante oficial do exército, mas, também não seguiu carreira.

Maurílio de Almeida formou-se médico em 1950, foi professor e fundador da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Foi proprietário/diretor de um amplo complexo de laboratórios de análises médicas. Acessando seu acervo pessoal, encontramos um montante significativo de certificados, o que demonstra seu empenho em está sempre se atualizando, quanto às atribuições medicinais, através de participações em palestras, cursos, conferências, congressos; como Pediatria, Radiologia, Calorimetria, Parasitologia, Reumatologia e, naturalmente espaços cujo teor central era a Patologia clínica, sua especialidade.

Fez parte ainda, de grupos sociais que tinham como bandeira a Medicina. Podemos citar como exemplos a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba; Sociedade Brasileira de Hematologia e Hemoterapia; Sociedade Brasileira de Patologia Clínica; Sociedade Brasileira de Bacteriologia; Sociedade Brasileira de Endocrinologia; e Sociedade Interamericana de Patologia.

Mas ele não se interessou apenas pela medicina, os livros e o estudo da história sempre o seduziram. Ocupou a Cadeira nº 33 da Academia Paraibana de Letras. Em 1977, ingressou no de Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Proprietário de uma das maiores bibliotecas privada da Paraíba. Publicou obras literárias, no campo da História, entre elas: *Presença de D. Pedro II na Paraíba*, 1975; *Diogo Velho em síntese – Diogo Cavalcanti de Albuquerque – Visconde de Cavalcanti*, 1977; *O Barão de Araruna e sua Prole*, 1978; *Por Amor e Gratidão*, 1979; *Cadeira Número Sete*, 1979; *Oração ao Livro*, 1979, e *Eram Seis as Pétalas da Rosa*, 1990, entre outros.

Em 1979, a Câmara Municipal de João Pessoa, manifestando o sentimento de gratidão e estima, concedeu-lhe o título de Cidadão Pessoaense. Deixou como legado à Paraíba uma vasta biblioteca, com um acervo de milhares de volumes, e ainda inúmeros documentos pessoais e históricos, fruto de um trabalho obstinado e duradouro.

Processo técnico e metodológico

O processo de organização do arquivo destacado aqui começou pelo diagnóstico arquivístico, que é a análise criteriosa dos aspectos relacionados ao funcionamento dos arquivos da instituição, neste caso, de um acervo pessoal, com o objetivo de identificar erros ou lacunas e adotar medidas que visem aumentar a eficiência na

gestão dos arquivos. Segundo Silva [et al] (2007), o diagnóstico tem importância significativa na organização de um arquivo.

É com o diagnóstico arquivístico, que o arquivista obterá informações quantitativas e qualitativas sobre a organização e seu acervo. Estas informações, aliadas ao conhecimento teórico-prático arquivístico, possibilitarão o embasamento, a segurança e precisão na construção de programas de conservação, classificação, avaliação, recolhimento, transferência, armazenamento, acondicionamento, microfilmagem e demais atividades de competência de um arquivista (Silva, 2007, p. 62).

No momento de identificação da documentação, observou-se que é preciso tomar alguns cuidados, pois mesmo não tendo uma organização lógica em termos arquivístico, o Maurílio de Almeida tinha, assim como todos em seus acervos pessoais têm, uma lógica organizacional, por isso é importante que o processo seja feito da forma mais apropriada possível, e a observação no tocante a como o Maurílio de Almeida “organizava” seus documentos é importante. No total, foram encontrados 8 metros lineares de documentos em suporte de papel, 156 discos de vinil, 4 fitas VHS, 198 placas, broches e medalhas, 97 CDs e ainda 32 quadros.

Nessa perspectiva, Bellotto (2007) comenta a diversidade documental existentes nos acervos pessoais, não obstante, o acervo em destaque aqui é ricamente constituído em suportes e tipologias.

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado (...). São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (Bellotto, 2007, p. 207).

Concluído o diagnóstico, começaram os trabalhos de higienização de mais de 22 mil folhas de documentos em suporte de papel, como também todos os outros em seus variados suportes. Importante salientar que a higienização do acervo é um dos procedimentos mais significativos no processo de conservação de arquivos, pois a sujidade é o agente de deterioração que mais afeta os documentos e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes do acervo. Também foram higienizadas as instalações usadas para a guarda dos documentos a fim de ter uma salubridade no trabalho da equipe.

A ordenação dos documentos, contextualizando e utilizando o critério temático, culminou em um arranjo com 3 fundos: “Maurílio de Almeida”, “Pedro

Almeida” e “Maria Eulina”. O fundo Maurílio de Almeida foi organizado em dois grupos: “Vida Privada” e “Vida Pública”.

O grupo Vida Privada foi organizado em 9 séries, algumas das quais divididas em subséries, também utilizando os critérios citados anteriormente. As séries são: (A) *Documentos Pessoais*, que são organizados nas seguintes subséries: Administrativo-Financeiro (A1), Identificação (A2), Currículos – Diplomas (A3), Formação Básica e Superior (A4), Recibos – Extratos (A5), Testamentos, Escrituras e Títulos (A6), Exames Médicos (A7) e Religiosos (A8); (B) *Eventos*, que é subdividida em 3 subséries: Convites (B1), Discursos (B2) e Discursos de Terceiros (B3); (C) *Produção Literária*, tem as seguintes subséries: Livros (C1), Rascunhos (C2), Rascunhos de Terceiros (C3) e Biografias (C4); (D) *Honrarias*, tem as seguintes subséries: Diplomas – Títulos (D1), Medalhas (D2), Placas (D3) e Troféus (D4); (E) *Correspondências*, série com maior número de itens, 8568, organizada nas seguintes subséries: Família (E1), Amigos (E2), Profissionais (E3), De Terceiros (E4); (F) *Reportagens*, ficou com duas subséries: Maurílio de Almeida (F1) e De Terceiros (F2); (G) *Fotografias*, num total de 4070 itens, temos as seguintes subséries: Família (G1), Amigos (G2), Profissionais (G3) e De Terceiros (G4) e, (H) *Documentos Especiais*, que foram organizados em: Vinil (H1), CDs (H2), DVDs (H3), VHS (H4), Gravuras (H5) e Quadros (H6).

O grupo Vida Pública foi organizado em dois subgrupos: Pesquisador e Entidades Coletivas. E foram feitos dossiês a partir da documentação de cada instituição.

Um dos objetivos era sistematizar, com base em princípios arquivísticos, fontes documentais que preservam a memória, história e cultura brasileira, em especial da Paraíba. Na primeira etapa do projeto, foram identificados documentos datados do século XIX e início do XX que estavam sobre a custódia de Maurílio de Almeida, por esse ser de elite, e principalmente historiador, e amealhou tais documentos para suas pesquisas.

Foram descritos todos os documentos do século XIX e início do século XX, a partir da leitura paleográfica, identificando o conteúdo existente, como também seus anexos. Em seguida teve início o processo de digitalização, onde os formatos das imagens capturadas atendem à orientação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), contidas na Resolução nº 31, que sugere a captura de uma matriz no formato Raw que, em nosso caso, tem a dimensão de 4000 x 3000 pixels, com profundidade de 24 bits por canal (RGB), gerando um arquivo não comprimido de em média 12 megapixels. Juntamente com esse arquivo, a câmara gera um arquivo em JPEG, com resolução mínima de 180 dpi.

Para cumprir os objetivos propostos, foram feitas leituras no campo da Ciência da Informação com foco em princípios da Arquivologia e na área da micro história. Durante a primeira etapa de trabalho, foi importante a leitura de obras referentes à organização de arquivos e a história da Paraíba. Podemos citar a dissertação de mestrado de Eneida Santana Baumann “O arquivo da família Calmon à

luz da arquivologia contemporânea” que trouxe um entendimento geral de organização de um acervo pessoal. O Dossiê “Arquivos Pessoais” da Revista Estudos Históricos, da Fundação Getúlio Vargas, e em especial “*Arquivar a Própria Vida*” de Philippe Artières, teve importante contribuição, com um texto de fácil leitura e compreensão. Heloísa Bellotto com “*Arquivos permanentes: tratamento documental*” e com “*Como fazer análise diplomática e Tipológica de Documentos de Arquivo*” trouxe um auxílio referente às técnicas arquivistas utilizada no projeto. A leitura de “*Arquivos para quê?*” do pesquisador francês Bruno Delmas auxiliou no entendimento sobre a importância dos arquivos e de sua organização.

A Lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; e ainda a Resolução nº 17 de 25 de Julho de 2003, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, tiveram uma importância com respeito à legislação arquivista pertinente ao trabalho realizado.

Uma leitura que contribuiu para o desenvolvimento dos trabalhos no acervo, sem dúvida foi o *Manual de Organização e de Arquivos Pessoais* do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), publicação da Fundação Oswaldo Cruz. Nele foi possível observar a integração arquivo-pesquisa a que o projeto está relacionado, dando um direcionamento histórico sobre os temas encobertos pelo produtor, no caso, Maurílio de Almeida, leva a ter certo domínio sobre seus escritos e obras por ele adquiridos e é relevante também sua observação sobre as condições de armazenamento e guarda de material o que leva à necessidade de recursos para tal finalidade.

A metodologia pesquisa-ação é uma estratégia importante para direcionar atividade acadêmica de extensão, por envolver sujeitos sociais distintos na resolução exitosa de um problema, tendo em vistas fundamentos da socialização de conhecimentos e troca de saberes que envolvem igualdade, emancipação, cultura e transformação nas ações científicas, baseada, como afirma Thiollent (1985), na

[...] pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletiva no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent, 1985, p. 14).

Nesse sentido, a metodologia da pesquisa-ação é pertinente para o desenvolvimento da mencionada proposta que considera as ações de coleta, sistematização e divulgação de informações em acervo documental composto por variados documentos manuscritos e impressos, dos séculos XIX e XX. A atividade de pesquisa-ação aventada sob a compreensão histórica-funcional da Arquivologia

serviu para irmos esboroando e escapelando os conteúdos relativos ao arquivo pessoal e, por conseguinte, a trajetória de Maurílio de Almeida.

Importante salientar que a extensão universitária apresenta-se como “um processo educativo, cultural, científico e tecnológico que articula o ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (Ufpb/Consepe, 1993, p. 1), além disso, é uma via de comunicação e troca de experiências entre a sociedade e as universidades, mediante atividades desenvolvidas em parceria com a comunidade externa à universidade, demonstrando, assim, o seu compromisso social e apresentando-se “como o caminho mais curto entre a academia e a sociedade que nos sustenta” (Ufpb/Prac, 1994, p. 2).

Além da participação das orientações da pesquisa-ação, é necessário planejar adequadamente a perspectiva teórica que favoreça a organização do acervo. Rodrigues (2010) ressalta que o tratamento de massas documentais acumuladas, como é o caso do Acervo em questão, requer princípios arquivistas para a formulação de procedimentos, na elaboração do quadro de arranjo do acervo, permitindo assim compreender e caracterizar os tipos e séries documentais.

Considerações finais

Com o desenvolvimento do projeto proposto destacamos a relevância acadêmica, pois o mesmo está em consonância com o Projeto Político dos Cursos de História e Arquivologia, no que se refere à preparação de mão de obra técnica na organização de acervos documentais, locais onde se encontram a matéria prima – a fonte primária – do historiador/a. Essa tarefa pode ser realizada por estudantes e profissionais das áreas da Arquivologia e da História. Ao organizar e facilitar o acesso de estudantes de História às fontes documentais, estão sendo criadas as condições para a formação como pesquisador/a, pois a atuação junto ao acervo poderá contribuir para a elaboração de trabalhos científicos nos diferentes níveis de profissionalização da comunidade acadêmica, assim como a Universidade estará prestando um serviço impagável à sociedade brasileira, em especial a paraibana, mediante ao acesso ao direito à memória histórica de diferentes sujeitos sociais e as suas culturas.

Realizou-se levantamento biográfico/trajetória sobre Maurílio de Almeida, utilizando suas lembranças e narrativas históricas, assim como por matérias publicadas sobre sua trajetória na imprensa escrita paraibana. O referido projeto de extensão possibilitou uma enriquecedora oportunidade no que concerne a formação/graduação do curso de História e Arquivologia, levando em consideração a pesquisa em arquivo como práxis fundamental quanto a profissionalização do pesquisador/Historiador.

Cabe salientar que a relevância social do mencionado projeto está vinculada ao direito à memória coletiva presente nos documentos que compõem o acervo

privado de Maurílio de Almeida, cujo uso científico, a exemplo da área História viabiliza o conhecimento das múltiplas experiências e vivências sociais. As articulações de tais conhecimentos propiciam uma importante ferramenta para a formação de identidades e do aprendizado da cidadania.

Conclui-se que as ações desenvolvidas na organização do arquivo direcionaram o caminho e foi pertinente o jogo de “esquecer-lembrar” inerente na tradução da memória de Maurílio de Almeida. A documentação encontrada: correspondências de familiares e amigos mais próximos estão separadas, organizadas e identificadas e culminam com a inserção na pesquisa-ação de dados sobre a trajetória do titular. Portanto a experiência de vida de Maurílio de Almeida possivelmente nos ensinará sobre o mundo social em que o mesmo viveu.

Em relação a Legislação Arquivística, a Lei 8.159, de 08 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, versa que “*Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social. Desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional*” (Brasil, Lei 8.159, 1991, art. 12), para ser divulgado junto à sociedade civil e para pesquisadores/as e, assim como potencializar o desenvolvimento de pesquisas científicas a serem desenvolvidas nos diferentes níveis de estudos superiores (graduação, mestrado e doutorado).

Foi considerado o armazenamento, identificação e divulgação da informação através de documentos como fator substancial na existência dos indivíduos, sendo assim, o trabalho aqui exposto, servem-nos para ressaltarmos a tamanha importância que essa ação desempenhou/a nos desdobramentos da organicidade coletiva.

Na última etapa da organização do Arquivo Privado Pessoal Maurílio de Almeida, sobretudo, de 1.644 documentos higienizados, identificados, descritos, acondicionados e armazenados que serão digitalizados e disponibilizados ao público em plataforma digital, pretende-se assim, cumprir a função de preservação da memória e a democratização do acesso à informação, podendo resultar na ampliação de trabalhos científicos em diferentes áreas do conhecimento e também uma oportunidade para se continuar a qualificação de graduandos/extensionistas, por meio de treinamento no acervo, objetivando a formação pessoal no campo da Arquivologia e na produção do conhecimento histórico. Planeja-se realizar também oficinas para o público externo, com objetivo de divulgar os documentos e viabilizar novas narrativas históricas sobre os grupos sociais que compuseram a cena histórica brasileira.

Atualmente, estudantes de graduação e de pós-graduação, de áreas diversas (história, biblioteconomia, arquivologia, biologia, ciência da informação e educação) têm realizado pesquisa no mencionado acervo. Com o desenvolvimento da terceira etapa – digitalização e divulgação para a comunidade acadêmica – de tal projeto, em 2016, será uma oportunidade para se continuar a qualificação de graduandos/extensionistas, por meio de treinamento no acervo, objetivando a

formação pessoal no campo da Arquivologia e na produção do conhecimento histórico.

Ademais, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas/NEABI terá condições de manter atividade de extensão, pesquisas acadêmicas e intervenção social na valorização da cultura histórica, envolvendo os vários grupos sociais, entre os quais a população negra. Nesse sentido, as fontes documentais disponíveis no acervo Maurílio de Almeida viabiliza o acesso à memória e um patrimônio a ser preservado, por sua vez, é uma construção sobre o passado, conhecimento das experiências e dinâmicas históricas, assim como proporciona o treinamento de estudantes, inúmeras áreas da produção do conhecimento científico, na prática arquivística.

Referências

- ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.
- ALMEIDA, M. A. *Eram seis as pétalas da Rosa*. João Pessoa, Ideia, 1998.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a Própria Vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. V. 11, N. 21, p. 9-34, 1998.
- BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. Arquivo e memória: uma relação indissociável. *TransInformação*, Campinas, V. 21, N. 1, p. 55-61, jan./abr., 2009. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/518>. Acesso em 17 fev. 2016.
- BAUMANN, E. S. *O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea*. Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. 161f.
- BELLOTTO, H. L. *Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 120 p.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- BORGES, V. P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- BRASIL. Conselho nacional de arquivos. *Resolução nº 17, de 25 de Julho de 2003*. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em 24 mar. 2016.
- BRASIL. Departamento de Arquivo e Documentação. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. *Manual de organização de arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. Disponível em: <http://www.arquivonaiconal.conarq.gov.br>. Acesso em 13 mar. 2016.

DELMAS, B. *Arquivos para quê?* Trad. de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

RODRIGUES, A. C. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010, p. 175-192.

RUSEN, J. *Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão Rezende. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

SANTOS, Z. D. M. M. *Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado*. Salvador, BA, 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. 391f.

SCHMIDT, B. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v.2, n. 3, p. 57-72, jan./jun 2003. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1041/707>. Acesso em 25 jan. 2016.

SILVA, W. A.; MARINHO, S.; SANTOS, P. K. Uma abordagem sistêmica aplicada à arquivística. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 54-71, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?ddo=0000004773&ddi=e038a>> Acesso em 09 abr. 2016.

SOARES, L. H. L. A. D. *O Arquivo Pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: da análise biobibliográfica à organização da informação*. Coimbra (Portugal). 2014. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media) – Universidade de Coimbra. 86 f.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1985.

VIANNA, A.; LISSOVSKY M.; SÁ, P. S. M. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivos & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 67-76, julho/dez 1996. Disponível em <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?ddo=0000003806&ddi=e1844>. Acesso em 25 abr. 2016.

OLIVEIRA, B. M. J. F. *José Simeão: escritos de uma trajetória*. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. 2v.

Sobre o organizador

José Francisco Guelfi Campos é mestre em História Social (2014) e graduado em História (2012) pela Universidade de São Paulo. É doutorando em História Social pela mesma instituição, desenvolvendo pesquisa sobre tipologia documental em arquivos pessoais. Realizou estágio em Gestão de Arquivos Privados no Archivo Histórico de la Nobleza, em Toledo (Espanha), sob os auspícios do “Programa de Formación de Profesionales Ibero-Americanos del Sector Cultural” do Governo Espanhol. Coordenou o III Encontro Nacional de Arquivos Privados, realizado em Fortaleza, paralelamente ao VII Congresso Nacional de Arquivologia. Tem participado em eventos e publicado artigos no Brasil e no exterior. Atualmente, é coordenador de cursos da Associação de Arquivistas de São Paulo e professor do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sobre os autores

Francisco Sávio da Silva

Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é extensionista no projeto “EAP 853: Documentos ameaçados: criando um Arquivo Digital do século XVIII e XIX de registros criminais e de notas, em Mamanguape, São João do Cariri, e João Pessoa, Paraíba, Brasil” e no projeto “Acervos Documentais e Extensão Universitária: Formação e Culturas”. É integrante do grupo de pesquisa “Informação e Inclusão Social” (CNPq).

Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Licenciado em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa. Tem experiência profissional em Educação, Secretariado e na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia. É servidor público federal no cargo de Técnico em Secretariado, além de Professor na Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba.

Jorge Phelipe Lira de Abreu

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, é bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Joseane Maria de Souza e Souza

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (1991). Pós-graduada em MBA em Desenvolvimento Gerencial. Atualmente é Gestora da Casa de Cultura Josué Montello, órgão da Secretaria de Estado da Cultura e Turismo do Maranhão. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão Pública, Gestão de Acervos bibliográficos e Arquivístico, Preservação e Conservação de acervo, Informatização de bibliotecas, organização e digitalização de acervo arquivístico.

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2012). Possui graduação em Relações Públicas pela Universidade Católica do Salvador (2006), em Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (2008) e especialização em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada pela Universidade Federal da Bahia (2008). Arquivista da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É membro do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI, UFBA, CNPq, 2005) e do Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC, UFBA, CNPq, 1995).

Marcia Cristina Carvalho Pazin Vitoriano

Doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), é bacharel em História pela mesma universidade. Especialista em Organização de Arquivos, pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Docente no curso de Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências/UNESP – campus Marília. É autora de diversos artigos e do livro *Arquivos de organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais*.

Maria Amélia Teixeira da Silva

Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Mestra em Ciência da Informação e bacharel em Biblioteconomia pela UFPB. Atua nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia.

Thiago Brandão da Silva

Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba. Está vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Desenvolve atividades acadêmicas com propósito de ampliar pesquisas sobre a população negra na Diáspora. Atualmente atua como professor de História (Fundamental II) na rede particular de ensino em João Pessoa (PB).

Vivien Luciane Viaro

Engenheira Civil (1999), com Mestrado na área de Recursos Hídricos (2001) e Doutorado em Engenharia Civil, com ênfase em Saneamento e Ambiente (2007) pela Universidade Estadual de Campinas. Ingressou no Pós-doutorado em 2008, na Universidade Federal da Bahia, onde trabalhou com os temas: tecnologias limpas, saneamento ecológico e uso racional de água. Foi Coordenadora de Engenharia Civil e desenvolveu atividades como professora, nos cursos de Engenharia Civil e Ambiental e Sanitária, na Universidade Salvador (UNIFACS). Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal da Bahia.

A teoria arquivística consagrou a distinção dos arquivos segundo a natureza pública ou privada da entidade que os acumulou. Nesse sentido, fala-se em “arquivos privados”, categoria ambígua que abrange tanto os conjuntos documentais produzidos por instituições de direito privado quanto aqueles acumulados por indivíduos e famílias.

Os artigos aqui reunidos, originalmente apresentados no III Encontro Nacional de Arquivos Privados, ilustram a diversidade de abordagens e perspectivas no enfrentamento de questões teóricas e práticas relacionadas a tais arquivos.

Textos de Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Jorge Phelipe Lira de Abreu, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega Alves, Maria Amélia Teixeira da Silva, Louise Anunciação Fonseca de Oliveira, Viven Luciane Viaro, Joseane Maria de Souza e Souza, Francisco Sávio da Silva e Thiago Brandão da Silva

